



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

## *3º TRIMESTRE 2014*



## **COMPOSIÇÃO**

### **CONSELHEIROS**

Adriene Barbosa de Faria Andrade - Presidente

Sebastião Helvecio Ramos de Castro - Vice-Presidente

Cláudio Couto Terrão - Corregedor

Wanderley Geraldo de Ávila

Mauri José Torres Duarte - Ouvidor

José Alves Viana

Gilberto Pinto Monteiro Diniz

### **CONSELHEIROS SUBSTITUTOS**

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

Hamilton Antônio Coelho

## **MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS**

Daniel de Carvalho Guimarães - Procurador-Geral

Elke Andrade Soares de Moura Silva - Subprocuradora-Geral

Maria Cecília Mendes Borges

Glaydson Santo Soprani Massaria

Sara Meinberg Schmith de Andrade Duarte

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Cristina Andrade Melo

# **CORPO DELIBERATIVO**

## **COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO**

Adriene Barbosa de Faria Andrade - Presidente  
Sebastião Helvecio Ramos de Castro - Vice-Presidente  
Cláudio Couto Terrão - Corregedor  
Wanderley Geraldo de Ávila  
Mauri José Torres Duarte - Ouvidor  
José Alves Viana  
Gilberto Pinto Monteiro Diniz

As reuniões do Tribunal Pleno ocorrem nas quartas-feiras, às 14h.

## **COMPOSIÇÃO DA PRIMEIRA CÂMARA**

Sebastião Helvecio Ramos de Castro - Presidente  
Wanderley Geraldo de Ávila  
José Alves Viana  
Hamilton Antônio Coelho

As reuniões da Primeira Câmara ocorrem nas terças-feiras, às 14h30min.

## **COMPOSIÇÃO DA SEGUNDA CÂMARA**

Cláudio Couto Terrão - Presidente  
Mauri José Torres Duarte  
Gilberto Pinto Monteiro Diniz  
Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

As reuniões da Segunda Câmara ocorrem nas quintas-feiras, às 10h.

## APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em atendimento ao disposto no inciso IX do art. 4º da Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008, apresenta o relatório das atividades desenvolvidas no 3º trimestre de 2014, para fins do disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

As ações desenvolvidas estão alinhadas às diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico 2010-2014, notadamente à necessidade de aprimorar a gestão para resultados, reduzir a geração e o número de processos, e conferir maior celeridade na tramitação.

Dentre as atividades desenvolvidas no 3º trimestre, merecem destaque o significativo número de processos deliberados, a atuação prévia do Tribunal no exame de editais de licitação e de concurso público, a realização de auditorias, bem como as ações pedagógicas voltadas para o aprimoramento da gestão de recursos públicos.

As demais informações constantes deste relatório referem-se às ações de controle externo, às ações de capacitação, à divulgação institucional, ao controle interno, ao controle social e à execução orçamentária e financeira do Tribunal no trimestre.

**Adriene Barbosa de Faria Andrade**

Presidente



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>TCEMG EM NÚMEROS .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>IDENTIDADE ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>MAPA ESTRATÉGICO .....</b>	<b>13</b>
<b>4</b>	<b>JURISDIÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>5</b>	<b>AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO.....</b>	<b>16</b>
5.1	Autuação .....	16
5.2	Distribuição .....	17
5.3	Superintendência do Controle Externo .....	20
5.3.1	Diretorias Subordinadas à Superintendência do Controle Externo.....	21
5.3.1.1	Diretoria de Controle Externo dos Municípios.....	21
5.3.1.2	Diretoria de Controle Externo do Estado.....	21
5.3.1.3	Diretoria de Matérias Especiais.....	21
5.3.1.4	Diretoria de Engenharia e Perícia .....	22
5.3.1.5	Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal.....	22
5.3.2	Principais Ações Desenvolvidas pela Superintendência do Controle Externo .....	23
5.3.3	Processos Examinados pelas Diretorias de Controle Externo.....	27
5.3.4	Capacitação de Servidores.....	31
5.4	Deliberações .....	34
5.4.1	Tribunal Pleno .....	35
5.4.2	Primeira e Segunda Câmaras.....	36
5.4.3	Decisões Monocráticas.....	38
5.4.4	Deliberação em Parecer Prévio .....	39
5.4.5	Deliberação em Consulta.....	40
5.5	Resoluções .....	42
5.6	Registro de Atos.....	43
5.7	Exame Prévio de Instrumento Convocatório.....	44
5.8	Sanções .....	45
5.9	Recursos Deliberados.....	48
5.10	Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados.....	49
5.11	Certidões.....	50
5.12	Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas .....	51
<b>6</b>	<b>PRINCIPAIS PARCERIAS FIRMADAS .....</b>	<b>52</b>
<b>7</b>	<b>AÇÕES DE CAPACITAÇÃO.....</b>	<b>54</b>
7.1	Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo” .....	54
7.2	Eventos Internos e Externos .....	54

<b>8</b>	<b>DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>58</b>
8.1	Portal do TCEMG na Internet .....	58
8.2	Serviços e Sistemas Informatizados.....	59
8.3	Intranet .....	61
8.4	Redes Sociais (Twitter e Facebook).....	61
8.5	Informativo de Jurisprudência .....	61
8.6	Revista do Tribunal de Contas .....	62
8.7	Biblioteca Aloyzio Alves da Costa .....	62
8.8	Central de Relacionamento com os Jurisdicionados - CRJ.....	62
<b>9</b>	<b>RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS.....</b>	<b>64</b>
<b>10</b>	<b>CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>65</b>
10.1	Atividades Desenvolvidas.....	66
10.2	Capacitação de Servidores .....	66
<b>11</b>	<b>CONTROLE SOCIAL .....</b>	<b>67</b>
11.1	Ouvidoria .....	67
<b>12</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>72</b>

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TCEMG em Números.....	11
TABELA 2 - Jurisdicionados da Esfera Municipal.....	15
TABELA 3 - Jurisdicionados da Esfera Estadual.....	15
TABELA 4 - Processos Autuados.....	16
TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros.....	18
TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos.....	19
TABELA 7 - Ações de Controle Externo.....	23
TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM.....	27
TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEE.....	29
TABELA 10 - Processos Examinados pela DME.....	30
TABELA 11 - Processos Examinados pela DEP.....	30
TABELA 12 - Processos Examinados pela DFAP.....	30
TABELA 13 - Participação em Eventos - DCEM.....	31
TABELA 14 - Participação em Eventos - DCEE.....	32
TABELA 15 - Participação em Eventos - DME.....	33
TABELA 16 - Participação em Eventos - DEP.....	33
TABELA 17 - Participação em Eventos - DFAP.....	33
TABELA 18 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno.....	35
TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras.....	36
TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática.....	39
TABELA 21 - Consultas.....	41
TABELA 22 - Resoluções.....	42
TABELA 23 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade.....	45
TABELA 24 - Valor dos Ressarcimentos Determinados por Irregularidade.....	46
TABELA 25 - Multa.....	47
TABELA 26 - Ressarcimento ao Erário.....	47
TABELA 27 - Certidões Emitidas.....	50
TABELA 28 - Eventos Internos.....	54
TABELA 29 - Eventos Externos.....	56
TABELA 30 - Portal.....	58

TABELA 31 - Serviços e Sistemas Informatizados.....	59
TABELA 32 - Intranet.....	61
TABELA 33 - Notícias de Maior Repercussão .....	61
TABELA 34 - Atividades Relacionadas ao Informativo de Jurisprudência .....	61
TABELA 35 - Atividades Relacionadas à Revista .....	62
TABELA 36 - Atividades Relacionadas à Biblioteca.....	62
TABELA 37 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Requerente.....	62
TABELA 38 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto.....	63
TABELA 39 - Execução Orçamentária .....	64
TABELA 40 - Atividades Desenvolvidas - Controladoria Interna .....	66
TABELA 41 - Participação em Eventos - Controladoria Interna .....	66
TABELA 42 - Demandas Encaminhadas .....	70

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Processos Deliberados.....	35
GRÁFICO 2 - Deliberação em Parecer Prévio.....	40
GRÁFICO 3 - Registro de Atos.....	43
GRÁFICO 4 - Valores Notificados e Pagos - Multa e Ressarcimento ao Erário .....	47
GRÁFICO 5 - Recursos Deliberados .....	48
GRÁFICO 6 - Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados .....	49
GRÁFICO 7 - Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas .....	51
GRÁFICO 8 - Manifestações Recebidas .....	68
GRÁFICO 9 - Assuntos Ouvidoria Externa .....	68
GRÁFICO 10 - Assuntos Ouvidoria Interna .....	69
GRÁFICO 11 - Origem das Demandas.....	69
GRÁFICO 12 - Situação das Demandas .....	70
GRÁFICO 13 - Tempo Total de Resposta (em dias úteis).....	71



## 1 TCEMG EM NÚMEROS

Os principais resultados decorrentes das atividades desenvolvidas no 3º trimestre de 2014 pelo Tribunal de Contas estão sintetizados na Tabela 1.

**TABELA 1 - TCEMG em Números**

<b>Atividade</b>	<b>Quantidade</b>
Processos autuados	8.447
Processos distribuídos aos Relatores - Conselheiros	5.854
Processos redistribuídos aos Relatores - Conselheiros	1.722
Processos distribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos	1.727
Processos redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos	148
Processos examinados pelas Diretorias Técnicas de Controle Externo	10.793
Citações, intimações e demais comunicações	7.324
Sessões realizadas	30
Processos deliberados	10.409
Multas aplicadas	R\$ 1,84 milhões
Ressarcimentos ao erário determinados	R\$ 1,15 milhões
Intimações encaminhadas aos responsáveis para pagamento de multa e para ressarcimento ao erário	192
Certidões de débito encaminhadas ao Ministério Público junto ao TCEMG para as providências cabíveis à execução forçada pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais	83
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Multa	R\$ 196,77 mil
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Ressarcimento ao erário	R\$ 4,51 mil
Registros de Atos/Títulos - Aposentadorias, Reformas e Pensões	6.605
Pareceres prévios emitidos sobre as contas prestadas pelos Prefeitos	651
Consultas respondidas	5
Editais de concursos públicos suspensos	1
Procedimentos licitatórios suspensos	22
Recursos deliberados	180
Acórdãos publicados	2.784
Notas taquigráficas emitidas	4.041

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## **2 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL**

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores, onde missão define a razão da existência; visão, a situação desejável para o futuro; os valores, a base de tudo o que se acredita como certo e adequado.

### **Missão**

Exercer o controle externo da gestão dos recursos públicos de forma eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade.

### **Visão**

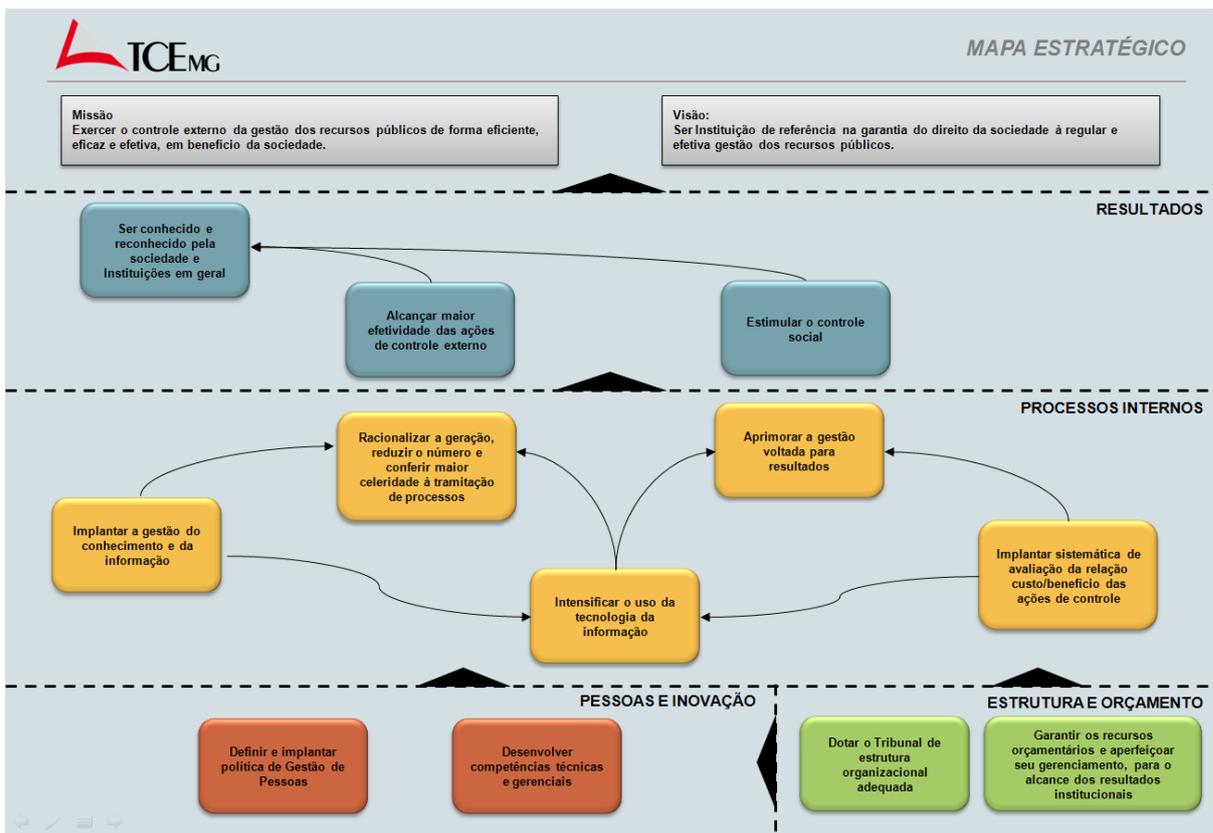
Ser instituição de referência na garantia do direito da sociedade à regular e efetiva gestão dos recursos públicos.

### **Valores**

Ética, justiça, efetividade, transparência e compromisso social.

### 3 MAPA ESTRATÉGICO

Mapa estratégico é a representação gráfica da estratégia de uma organização, por intermédio de um conjunto de objetivos balanceados em diversas perspectivas e interligados por relações de causa e efeito, associados a indicadores de resultados. Mostra como as iniciativas estratégicas e os recursos serão convertidos em resultados, proporcionando um referencial comum de fácil compreensão para os colaboradores, que passam a ter a clara percepção de como suas atividades estão ligadas aos objetivos gerais da organização, possibilitando uma atuação coordenada e integrada nos diversos níveis organizacionais.



## 4 JURISDIÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, órgão constitucional de controle externo da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, com sede na Capital, presta auxílio ao Poder Legislativo e tem jurisdição própria e privativa sobre as matérias e pessoas sujeitas à sua competência, nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado de Minas Gerais e da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

Nos termos do art. 2º do Regimento Interno – Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008 –, estão sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas:

I - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos estaduais ou municipais ou pelos quais responda o Estado ou o Município;

II - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que assuma, em nome do Estado ou de Município ou de entidade da administração indireta estadual ou municipal, obrigação de natureza pecuniária;

III - aquele que der causa à perda, extravio ou a outra irregularidade de que resultem dano ao erário estadual ou municipal;

IV - aquele que deva prestar contas ao Tribunal ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei;

V - o responsável pela aplicação de recurso repassado pelo Estado ou por Município, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere;

VI - o responsável por entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado que receba contribuições parafiscais e preste serviço de interesse público ou social;

VII - o dirigente ou liquidante de empresa encampada ou sob intervenção, ou que, de qualquer modo, venha a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado, de Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal;

VIII - os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do inciso XLV do art. 5º da Constituição da República.

São jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

**TABELA 2 - Jurisdicionados da Esfera Municipal**

<b>Órgão/Entidade</b>	<b>Quantidade</b>
Prefeituras	853
Câmaras	853
Entidades (incluindo Consórcios Públicos)	222
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social	212
Empresas Municipais	32
<b>Total</b>	<b>2.172</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**TABELA 3 - Jurisdicionados da Esfera Estadual**

<b>Órgão/Entidade</b>	<b>Quantidade</b>
Administração Direta	42
Autarquias	18
Fundações	15
Fundos Estaduais	32
Empresas Estaduais	38
<b>Total</b>	<b>145</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## 5 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

### 5.1 Autuação

Nos termos do art. 111 do Regimento Interno, somente serão autuados os documentos, de origem interna ou externa, que exijam tramitação e instrução específica para deliberação do Tribunal, devendo, para tanto, receber numeração e ser classificados segundo as naturezas previstas em ato normativo próprio.

No 3º trimestre de 2014, foram autuados 8.447 (oito mil, quatrocentos e quarenta e sete) processos, como discriminado na Tabela 4.

**TABELA 4 - Processos Autuados**

(continua)

<b>Natureza</b>	<b>Quantidade</b>
Agravo	5
Aposentadoria	5.541
Assunto Administrativo - Ato Normativo	5
Assunto Administrativo - Câmaras	155
Assunto Administrativo - Pleno	283
Ato Revisional - EC 70/2012	1
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	1
Auditoria/Auditoria - Atos de Pessoal	11
Complemento de Proventos de Aposentadoria	1
Consulta	41
Contrato TCE	24
Convênio TCE	11
Denúncia	126
Edital de Concurso Público	12
Edital de Licitação	14
Embargos Declaratórios	21
Licitação TCE	72
Monitoramento	1

**TABELA 4 - Processos Autuados**

(conclusão)	
<b>Natureza</b>	<b>Quantidade</b>
Pedido de Reexame	21
Pedido de Rescisão	5
Pensão	1.965
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	1
Processo Administrativo	1
Recurso Administrativo	1
Recurso Ordinário	34
Reforma	19
Representação	24
Termo de Cooperação Técnica	1
Tomada de Contas Especial	50
<b>Total</b>	<b>8.447</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## 5.2 Distribuição

Na distribuição dos processos, são observados os princípios da publicidade, da alternatividade e da aleatoriedade.

O parágrafo único do art. 113 do Regimento Interno dispõe que a distribuição deverá ser equânime, de forma a assegurar o equilíbrio quantitativo do volume de processos da mesma classe entre os Relatores e os membros do Ministério Público, observados os critérios estabelecidos em ato normativo próprio.

Foram distribuídos, no trimestre, 7.581 (sete mil, quinhentos e oitenta e um) processos aos relatores, sendo 5.854 (cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro) entre os Conselheiros e 1.727 (um mil, setecentos e vinte e sete) entre os Conselheiros Substitutos, como demonstrado nas Tabelas 5 e 6.

Também foram redistribuídos aos relatores, no trimestre, 1.870 (um mil, oitocentos e setenta) processos, sendo 1.722 (um mil, setecentos e vinte e dois) processos entre os Conselheiros e 148 (cento e quarenta e oito) entre os Conselheiros Substitutos.

**TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros**

(continua)

<b>Natureza</b>	<b>Distribuídos</b>	<b>Redistribuídos</b>	<b>Total</b>
Agravo	5	2	7
Aposentadoria	3.557	986	4.543
Assunto Administrativo - Ato Normativo	5	-	5
Assunto Administrativo - Câmaras	155	25	180
Assunto Administrativo - Pleno	283	4	287
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	1	15	16
Auditoria/Auditoria - Atos de Pessoal	6	1	7
Balancete Mensal	-	13	13
Balanço Geral	-	1	1
Complemento de Proventos de Aposentadoria	1	-	1
Consulta	41	7	48
Contrato	-	1	1
Contrato TCE	24	-	24
Convênio	-	4	4
Convênio TCE	11	-	11
Denúncia	101	40	141
Edital de Concurso Público	11	1	12
Edital de Licitação	14	3	17
Embargos Declaratórios	20	1	21
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	-	1	1
Inspeção Ordinária	-	25	25
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	-	4	4
Licitação	-	5	5
Licitação TCE	72	-	72
Monitoramento	1	-	1
Pedido de Reexame	15	18	33
Pedido de Rescisão	5	-	5
Pensão	1.412	291	1.703
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	-	1	1
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	1	-	1

**TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros**

(conclusão)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Prestação de Contas de Convênio	-	1	1
Prestação de Contas de Exercício	-	3	3
Prestação de Contas do Executivo Municipal	2	1	3
Prestação de Contas Municipal	-	14	14
Processo Administrativo	1	55	56
Recurso Administrativo	1	2	3
Recurso de Revisão	-	3	3
Recurso Ordinário	34	37	71
Reforma	-	142	142
Relatório de Inspeção	-	1	1
Representação	36	6	42
Termo de Cooperação	-	1	1
Termo de Cooperação Técnica	1	-	1
Tomada de Contas Especial	38	7	45
<b>Total</b>	<b>5.854</b>	<b>1.722</b>	<b>7.576</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos**

(continua)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Agravo	-	1	1
Aposentadoria	1.198	9	1.207
Ato Revisional - EC 70/2012	1	-	1
Auditoria/Auditoria - Atos de Pessoal	5	-	5
Balancete Mensal	-	11	11
Convênio	-	1	1
Denúncia	25	40	65
Edital de Concurso Público	1	5	6
Edital de Licitação	-	2	2
Inspeção Ordinária	-	6	6
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	-	1	1
Inspeção Ordinária - Licitação	-	1	1
Pedido de Reexame	6	7	13

**TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos**

(conclusão)

<b>Natureza</b>	<b>Distribuídos</b>	<b>Redistribuídos</b>	<b>Total</b>
Pensão	472	3	475
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	-	1	1
Prestação de Contas de Exercício	-	1	1
Prestação de Contas do Executivo Municipal	-	1	1
Prestação de Contas Municipal	-	13	13
Processo Administrativo	-	25	25
Recurso de Revisão	-	1	1
Relatório de Inspeção	-	1	1
Representação	7	14	21
Tomada de Contas Especial	12	4	16
<b>Total</b>	<b>1.727</b>	<b>148</b>	<b>1.875</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

### 5.3 Superintendência do Controle Externo

A Superintendência do Controle Externo tem por finalidade gerenciar a área técnico-executiva de controle externo, visando prestar apoio e assessoramento à Presidência e à Secretaria Executiva do Tribunal.

São subordinadas à Superintendência do Controle Externo:

- Diretoria de Controle Externo dos Municípios;
- Diretoria de Controle Externo do Estado;
- Diretoria de Matérias Especiais;
- Diretoria de Engenharia e Perícia;
- Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal;
- Assessoria para Coordenação da Fiscalização Integrada - SURICATO;
- Comissão para Acompanhamento da Execução das Ações Referentes à Copa de 2014 e Planejamento de sua Fiscalização - FISCOPA.

### **5.3.1 Diretorias Subordinadas à Superintendência do Controle Externo**

#### **5.3.1.1 Diretoria de Controle Externo dos Municípios**

A Diretoria de Controle Externo dos Municípios tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo, bem como fiscalizar os atos de gestão no âmbito municipal, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- 1ª a 9ª Coordenadorias de Fiscalização dos Municípios, que têm por finalidade executar ações de controle e exercer a fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional ou patrimonial da Administração Municipal;
- Assessoria para Desenvolvimento do Sistema de Apoio à Fiscalização Municipal - SICOM.

#### **5.3.1.2 Diretoria de Controle Externo do Estado**

A Diretoria de Controle Externo do Estado tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo, bem como fiscalizar os atos de gestão no âmbito da Administração Estadual, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Avaliação da Macrogestão Governamental do Estado, que tem por finalidade acompanhar e analisar a gestão do Governo do Estado, em seus aspectos globais;
- 1ª a 4ª Coordenadorias de Fiscalização do Estado, que têm por finalidade executar ações de controle em suas áreas de atuação e exercer a fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial da Administração Estadual.

#### **5.3.1.3 Diretoria de Matérias Especiais**

A Diretoria de Matérias Especiais tem por finalidade planejar, dirigir e orientar ações de controle externo, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídio técnico para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Análise de Editais de Licitação, que tem por finalidade realizar o exame prévio da legalidade dos editais de licitação;
- Coordenadoria de Auditoria Operacional, que tem por finalidade realizar de forma precípua auditorias operacionais no âmbito de jurisdição do Tribunal, bem como desenvolver e disseminar métodos e técnicas sobre essa modalidade de auditoria;
- Coordenadoria de Fiscalização de Projetos Financiados por Organismos Internacionais, que tem por finalidade examinar processos de empréstimos e operações de crédito externo, bem como a aplicação dos recursos deles resultantes.

Além dessas Coordenadorias, a Diretoria de Matérias Especiais possui em sua estrutura uma Comissão de Auditoria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

#### **5.3.1.4 Diretoria de Engenharia e Perícia**

A Diretoria de Engenharia e Perícia tem por finalidade planejar, dirigir e orientar ações de controle externo, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídio técnico para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Fiscalização de Concessões e Parcerias Público-Privadas, que tem por finalidade fiscalizar as concessões comuns, administrativas e patrocinadas e as parcerias público-privadas, no âmbito estadual e no municipal;
- Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia e Perícia, que tem por finalidade promover as ações de controle externo em obras e serviços de engenharia, executados ou contratados por órgãos ou entidades sujeitos à fiscalização do Tribunal.

#### **5.3.1.5 Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal**

A Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo sobre os atos de gestão de pessoal do Estado e dos Municípios, incluídos os editais de concursos públicos e de outros procedimentos de seleção de pessoal, em consonância com as

diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal Municipal, que tem por finalidade fiscalizar os atos de admissão, aposentadoria ou pensão, bem como os atos de complementação ou de cancelamento, no âmbito municipal;
- Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal Estadual, que tem por finalidade fiscalizar os atos de admissão, aposentadoria, reforma ou pensão, bem como os atos de complementação ou cancelamento na Administração Direta ou Indireta Estadual;
- Coordenadoria de Análise de Editais de Concursos Públicos, que tem por finalidade realizar o exame prévio da legalidade dos editais de concurso público.

Além dessas Coordenadorias, a Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal possui em sua estrutura uma Comissão de Apoio à Fiscalização de Atos de Pessoal.

### 5.3.2 Principais Ações Desenvolvidas pela Superintendência do Controle Externo

Entre as ações de controle externo realizadas no trimestre, destacam-se:

**TABELA 7 - Ações de Controle Externo**

(continua)

Ações
Elaboração de proposta de política de fiscalização de atos de pessoal bem como estudo sobre os critérios de análise do Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – Fiscap, no âmbito do Projeto de Redesenho dos Atos de Pessoal;
Elaboração de pesquisa sobre as macrotendências do controle externo, visando a subsidiar as discussões para elaboração do Plano Estratégico do Tribunal 2015-2019;
Organização do Seminário “Macrotendências da Gestão dos Recursos Públicos: desafios e perspectivas”, com o apoio da Escola de Contas;
Realização de contatos com o Secretário da Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública do Tribunal de Contas da União (Secex-Defesa TCU) visando a promover parceria entre os Tribunais para a realização de auditoria coordenada para avaliar a governança de segurança pública no âmbito do Estado de Minas Gerais;
Planejamento e realização de 20 (vinte) auditorias extraordinárias (prospecção e execução) e 7 (sete) auditorias, nos seguintes municípios: Felixlândia, Caratinga, Inhaúma, Araçuaí, Carbonita, Ituêta, Ibiá, Nanuque, Espinosa, Abadia dos Dourados, Araguari, Serra dos Aimorés e, também, na Secretaria Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte;

**TABELA 7 - Ações de Controle Externo**

(continua)

<b>Ações</b>
Prosseguimento dos trabalhos de acompanhamento, avaliação e monitoramento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de gestão fiscal dos Órgãos e Poderes do Estado, referentes ao exercício de 2014, visando à análise da gestão do Governo;
Reunião com a Controladoria Geral do Estado - SCCG/SEF, para discutir e elucidar questões relativas à Implantação da Nova Contabilidade Pública e às despesas realizadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
Reuniões técnicas para o aperfeiçoamento do processo de avaliação dos resultados e impactos das políticas públicas estaduais, a partir da estratégia de desenvolvimento delineada no PMDI e materializada por meio dos programas constantes do PPAG e da Lei Orçamentária. Essa avaliação foi iniciada no exame da Prestação de Contas Governamentais de 2010 e tem o intuito de dar continuidade ao aprimoramento do controle externo das contas públicas, em busca de uma fiscalização que, não apenas avalie a qualidade e o impacto produzido na realidade existente, mas também, busque contribuir de forma proativa para o melhor emprego dos recursos públicos;
Análise dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, suas memórias de cálculo e a metodologia dos valores referentes aos dois primeiros quadrimestres de 2014, para fins de acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado e de aferição do cumprimento, pela Administração Pública, dos limites e das vedações impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal;
Consolidação das informações sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de gestão fiscal, referentes aos dois primeiros quadrimestres do exercício corrente, e desenvolvimento das análises que subsidiarão a elaboração do Relatório Técnico Parcial sobre as Contas Governamentais do Estado;
Elaboração do memorando e matriz de planejamento de auditoria financeira na Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG), bem como início ao respectivo trabalho, em observância ao plano anual de auditoria do TCEMG, e sob a égide das Normas Brasileiras de Auditoria e Normas Internacionais de Revisão – NBC TR 2400, Resolução CFC 1.275/10, que orientam sobre o planejamento e execução dos trabalhos com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Convém ressaltar que o objetivo premente dessa auditoria foi revisar as demonstrações contábeis da empresa escolhida, de acordo com a NBC TR 2400, observando as normas de controle interno da Companhia, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade, a Lei nº 6.404/76 que incorporou os dispositivos das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, os pronunciamentos e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);
Análise dos critérios de contratação para aquisição de medicamentos destinados aos beneficiários do sistema de saúde IPSM e PMMG, em continuidade ao levantamento iniciado pela SCI-Suricato;

**TABELA 7 - Ações de Controle Externo**

(continua)

<b>Ações</b>
Análise dos processos referentes ao Projeto Otimizar, estabelecendo projetos de implementação de procedimentos que visam à racionalização nas análises técnicas e nas deliberações de processos em trâmite nesta Casa, tais como: Balancete Mensal, Prestação de Contas de Exercício, Prestação de Contas de Ordenadores, Prestação de Contas de Auxílio de Subvenção, Prestação de Contas de Convênio, Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio, Termo Aditivo a Convênio, Convênio, Termo de Rescisão de Convênio, Termo Aditivo a Contrato, Termo de Acordo, Termo de Cessão, Termo de Doação, Termo de Comodato, Termo de Re-Ratificação, Tomada de Contas e Tomada de Contas Especial;
Aprimoramento dos procedimentos de análise dos processos de Prestação de Contas Anuais;
Continuidade às pesquisas e ações para a execução do “1º Levantamento de Governança de TIC” na Administração Pública;
Continuidade aos debates com reuniões periódicas para identificação e análise de metodologias utilizadas visando à elaboração e aplicação dos questionários afetos ao Levantamento de Governança a ser efetivado pela Comissão de Auditoria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
Finalização dos trabalhos de auditoria referentes aos desembolsos efetuados no exercício de 2013, relativos ao “Segundo Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais”, Contrato de Empréstimo n.º 7547-BR, firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e o Estado de Minas Gerais, especificamente, as aquisições do Componente de Assistência Técnica;
Realização dos procedimentos de verificação dos controles internos aplicados ao Componente de Assistência Técnica do mencionado contrato, para avaliação das demonstrações financeiras apresentadas pela SEPLAG/MG e análise da conformidade das aquisições, incluindo o cumprimento das cláusulas contratuais do Acordo de Empréstimo;
Realização de análise preliminar, produzindo os Relatórios Preliminar e Final de Auditoria, com base na Matriz de Achados elaborada;
Apresentação para a SEPLAG do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais sobre as Aquisições do Componente de Assistência Técnica, relativo ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013;
Reunião com representantes do Banco Mundial para discutir a auditoria do Contrato de Crédito, no valor de US\$ 1,42 bilhão, firmado pelo Governo de Minas Gerais com o Banco, para financiar o “Segundo Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais”. Durante a reunião foram apresentados os detalhes da execução da auditoria do Contrato 7547-BR e Financiamento Adicional 7881-BR, mostrando as boas práticas e lições aprendidas durante a execução do contrato, no que tange à relação com a SEPLAG, aos formulários e relatórios exigidos pelo próprio Banco. Na oportunidade, o Banco Mundial informou que os órgãos auditados manifestaram-se sobre a melhoria no desenvolvimento de seus trabalhos desde a atuação do TCEMG nas auditorias dos contratos firmados entre o referido Banco e o Estado de Minas Gerais;
Concluída a análise técnica dos planos de ação das auditorias operacionais realizadas nos Programas “Travessia e Farmácia de Minas”, a fim de subsidiar a decisão do Colegiado na apreciação dos mencionados instrumentos, necessários ao monitoramento das recomendações exaradas pelo Tribunal;

**TABELA 7 - Ações de Controle Externo**

(continua)

Ações
Iniciou-se a análise técnica do plano de ação da auditoria operacional coordenada no Ensino Médio, concluiu-se a elaboração da matriz de planejamento e realizaram-se trabalhos de campo da auditoria operacional coordenada no tema Saúde, cumprindo, assim, mais uma etapa dos cronogramas definidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU e pelo Comitê Temático de Auditoria do Instituto Rui Barbosa - IRB, responsáveis pela coordenação e acompanhamento dos trabalhos em nível nacional;
Encontra-se em fase de conclusão a redação do relatório preliminar da auditoria operacional realizada no Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEMA, que teve por objetivo avaliar o desempenho de suas atividades, relativas ao setor de mineração, com ênfase na extração de minério de ferro;
Foram finalizados todos os trabalhos de campo da auditoria operacional que está sendo realizada para avaliar o desempenho das políticas públicas municipais na mitigação dos impactos negativos da mineração, em especial os ambientais e os de concentração (não diversificação) das atividades econômicas, e está sendo realizada a análise dos dados para dar início à confecção da Matriz de Achados;
Revisão do “Manual de Licitação - Contratação de Sistemas de Gestão Pública”, elaborado pelo Grupo de Trabalho designado pela Presidência desta Corte de Contas, por meio da Portaria nº 103/PRES./13, de 17/10/2013, contendo orientações e recomendações aos jurisdicionados para a contratação de soluções de tecnologia;
Levantamento diário dos dados de licitações, contratos e outros objetos pesquisados diariamente no jornal Diário Oficial do Estado, com anotações em planilhas, para alimentar o sistema Geo-Obras;
Monitoramento do Sistema Geo-Obras;
Acompanhamento da Concessão Patrocinada do Metrô RMBH – finalização do relatório preliminar ao Acompanhamento da licitação para concessão patrocinada, promovida pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais – SETOP consoante a Lei Federal nº 11.079/04, para exploração dos serviços de transportes de passageiros do METRÔ BH, conforme as características e especificações técnicas referentes à exploração dos serviços de transportes de passageiros do METRO BH;
Realização de testes e revisões no Módulo Edital de Concurso Público;
Realização de testes em Complementação de Aposentadoria e de Pensão Civil e em Atos Revisionais de Aposentadoria e de Pensão Civil;
Proposição de novas críticas, realização de testes e alteração do “Documento de Críticas” do sistema FISCAP;
Revisão nas críticas e realização de testes no módulo edital de concurso público e do layout de relatório no módulo edital de concurso público;
Acompanhamento das decisões em processos relativos a editais de seleção de pessoal de órgãos/entidades municipais, com vistas a conferir maior objetividade ao exame técnico, nos termos realizados para os processos da esfera estadual;
Otimização dos relatórios elaborados por esta Unidade Técnica, buscando uma redação mais clara e objetiva, com vistas a reduzir o número de intimações para correta instrução dos processos;

**TABELA 7 - Ações de Controle Externo**

(conclusão)

Ações
Estudos complementares e circularização de informações para a execução da malha de Compras Públicas de 2013 - Medicamentos;
Elaboração, nos termos da Resolução nº 11/2011, art. 3º, inciso III, de quadros contendo informações sobre obras decorrentes de contratos de Parcerias Público-Privadas, obtidas através de publicações oficiais, mídia impressa e eletrônica, bem como as irregularidades constatadas por outros órgãos de fiscalização ou controle, os procedimentos adotados por outros órgãos ou entidades externas para melhoria na apuração de ilícitos administrativos, a legislação atualizada e a Jurisprudência, visando subsidiar o planejamento das ações de fiscalização;
Elaboração, nos termos da Resolução nº 11/2011, art. 3º, inciso III, de quadros contendo informações obtidas através de publicações oficiais, mídia impressa e eletrônica, sobre a execução de obras públicas e sobre o custo médio de construção de acordo com informações contidas no site do IBGE, visando subsidiar o planejamento das ações de fiscalização;
Visita técnica ao Programa “Olho Vivo” da Polícia Militar de MG, com o objetivo de conhecer as ações de integração e monitoramento praticadas por aquele órgão, especialmente no que se refere ao sistema de informática utilizado e à logística do atendimento às demandas;
Visita técnica ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), com o intuito de conhecer o planejamento, a coordenação e o controle das atividades operacionais;
Reunião na Cidade Administrativa sobre o site DataViva - dataviva.info - ferramenta desenvolvida por meio do Escritório de Prioridades Estratégicas, em parceria com o professor Cesar Hidalgo, do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT).

Fonte: Superintendência do Controle Externo, Diretoria de Controle Externo dos Municípios, Diretoria de Controle Externo do Estado, Diretoria de Matérias Especiais, Diretoria de Engenharia e Perícia e Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal.

### 5.3.3 Processos Examinados pelas Diretorias de Controle Externo

No trimestre, foram examinados 10.793 (dez mil, setecentos e noventa e três) processos pelas Diretorias de Controle Externo, como registrado nas Tabelas 8, 9, 10, 11 e 12.

**TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM**

(continua)

Natureza	Quantidade
Assunto Administrativo - Câmaras	3
Assunto Administrativo - Pleno	10
Auditoria	16
Consulta	2
Denúncia	53

**TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM**

Natureza	(conclusão)
	Quantidade
Edital de Licitação	3
Embargos Declaratórios	1
Inspeção Ordinária	13
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	7
Licitação	1
Pedido de Reexame	23
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	3
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	5
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	113
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	3
Prestação de Contas de Exercício	6
Prestação de Contas do Executivo Municipal	1.064
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	1.797
Prestação de Contas Municipal	122
Processo Administrativo	44
Recurso de Reconsideração	1
Recurso de Revisão	5
Recurso Ordinário	34
Relatório de Inspeção	2
Representação	37
Tomada de Contas	3
Tomada de Contas Especial	16
Tomada de Contas Extraordinária	2
<b>Total</b>	<b>3.389</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEE**

<b>Natureza</b>	<b>Quantidade</b>
Balancete Mensal	117
Balanco Geral	3
Contrato	5
Convênio	57
Denúncia	9
Inspeção Ordinária	1
Licitação	4
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	81
Prestação de Contas de Convênio	32
Prestação de Contas de Exercício	51
Prestação de Contas de Ordenadores	3
Prestação de Contas de Termo Aditivo	1
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	4
Processo Administrativo	1
Recurso Ordinário	2
Representação	3
Termo Aditivo a Contrato	4
Termo Aditivo a Convênio	37
Termo Aditivo a Termo de Cessão	2
Termo de Acordo	1
Termo de Cessão	1
Termo de Comodato	1
Termo de Doação	1
Termo de Re-ratificação	1
Termo de Rescisão de Convênio	2
Termo de Responsabilidade	1
Tomada de Contas	2
Tomada de Contas Especial	61
<b>Total</b>	<b>488</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**TABELA 10 - Processos Examinados pela DME**

Natureza	Quantidade
Agravo	1
Denúncia	148
Edital de Licitação	22
Embargos Declaratórios	1
Inspeção Ordinária	2
Licitação	1
Monitoramento	3
Recurso Ordinário	1
Representação	4
<b>Total</b>	<b>183</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**TABELA 11 - Processos Examinados pela DEP**

Natureza	Quantidade
Agravo	1
Auditoria	3
Contrato	1
Denúncia	37
Edital de Licitação	11
Inspeção Extraordinária	2
Inspeção Ordinária	1
Licitação	3
Processo Administrativo	5
Representação	14
Tomada de Contas Especial	1
<b>Total</b>	<b>79</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**TABELA 12 - Processos Examinados pela DFAP**

(continua)

Natureza	Quantidade
Aposentadoria	5.184
Ato Revisional - EC 70/2012	1
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	2
Auditoria	1

**TABELA 12 - Processos Examinados pela DFAP**

(conclusão)	
Natureza	Quantidade
Denúncia	9
Edital de Concurso Público	37
Pensão	1.069
Recurso Ordinário	2
Reforma	344
Renúncia de Aposentadoria	2
Representação	3
<b>Total</b>	<b>6.654</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

### 5.3.4 Capacitação de Servidores

Os servidores da área técnica participaram de vários eventos, como demonstrado nas Tabelas 13, 14, 15, 16 e 17.

**TABELA 13 - Participação em Eventos - DCEM**

Eventos
Aperfeiçoamento em Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia: Auditoria em Serviços de Limpeza Urbana e Disposição Final de Resíduos Sólidos
Aperfeiçoamento em Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia: Plano Nacional de Mobilidade Urbana
Aperfeiçoamento em Direito Público aplicado ao Controle Externo: Direito do Trabalho aplicado à Administração Pública
Apresentação do Novo Sistema de Intranet
Curso "Técnicas de Redação, Sentenças, Acórdãos, Pareceres, Relatórios Técnicos e Pesquisa Jurisprudencial"
Curso de Excel Avançado
Curso de Redação Oficial
Encontro Técnico: O Tribunal de Contas e os Municípios 2014: Gestão Responsável em Ano Eleitoral
I Conferência de Controle Externo do TCEMG
I Encontro Técnico "Benefício do Controle"
I Jornada de Contabilidade Pública
Palestra "Novo Formato do Sistema TC Legis"

**TABELA 13 - Participação em Eventos - DCEM**

(conclusão)

<b>Eventos</b>
Palestra “Técnicas de identificação de cartel em licitações”
Participação no PAR “Programa Aprendendo a Recomeçar”
Planejamento para o período 2015-2019
Seminário “Tópicos em Direito Financeiro”
Seminário de Direito Previdenciário: Fiscalização e Controle do RPPS
Simpósio “Convênios e Tomada de Contas Especial”

Fonte: Diretoria de Controle Externo dos Municípios - DCEM.

**TABELA 14 - Participação em Eventos - DCEE**

<b>Eventos</b>
Aperfeiçoamento em Auditoria de Serviços de Obras e de Serviços de Engenharia
Apresentação do Projeto Custo & Benefício das Ações de Controle: Ações de Controle e Sistema de Custos do Tribunal
Apresentação para os servidores da Casa da Nova Intranet
Curso de Alinhamento Técnico Pedagógico em Demonstrações Fiscais
Curso de Auditoria
Curso de Power Point
Curso sobre Orçamento Público e Mecanismos de Participação
Cursos de Excel (Básico e Avançado)
Cursos de Word (Básico, Intermediário e Avançado)
I Jornada de Contabilidade Pública do TCEMG
Palestra: Técnicas de Identificação de Cartel em Licitações e a Teoria “Sham Litigation”
Projeto Aprendendo a Recomeçar (PAR)
Reuniões do Grupo do Sistema de Apoio de Fiscalização Estadual (SAFE)
Seminário de Direito Previdenciário: Fiscalização e Controle dos RPPS
Seminário: Lei Orçamentária
Seminário: Plano Nacional de Mobilidade Urbana
Seminário: Tópicos em Direito Financeiro
Simpósio: Convênio e Tomadas de Contas Especiais

Fonte: Diretoria de Controle Externo do Estado - DCEE.

**TABELA 15 - Participação em Eventos - DME**

<b>Eventos</b>
Aperfeiçoamento em Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia - Seminário de Auditoria Ambiental - Lei Nacional de Saneamento
Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo
Apresentação sobre a auditoria operacional realizada no Programa Saneamento Básico: mais saúde para todos, no curso de aperfeiçoamento sobre auditoria ambiental - Lei Nacional de Saneamento
Auditoria em Serviço de Limpeza Urbana e Disposição Final de Resíduos Sólidos
Curso de Prezi
Curso de Redação de Sentenças, Acórdãos, Pareceres e Relatórios Técnicos
Cursos de Excel (Básico e Avançado)
Cursos de Word (Básico e Avançado)
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios: Gestão Responsável em Ano Eleitoral em Paracatu

Fonte: Diretoria de Matérias Especiais - DME.

**TABELA 16 - Participação em Eventos - DEP**

<b>Eventos</b>
Licenciamento Ambiental
Limpeza Urbana
Mobilidade Urbana
Modelos de Concessão de Transporte Urbano por Ônibus: Práticas e Tendências
Regime Direto de Contratação
Resíduos Sólidos
Seminário de PPP - Resultados e Perspectivas
Terceira etapa do contrato de Consultoria nº 031/2013 entre a Fupai e o TCEMG
Treinamento <i>on the job</i> em análise de viabilidade econômica

Fonte: Diretoria de Engenharia e Perícia - DEP.

**TABELA 17 - Participação em Eventos - DFAP**

(continua)

<b>Eventos</b>
Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo - Direito do Trabalho Aplicado à Administração Pública
Curso Gestão da Folha de Pagamento e Remuneração no Serviço Público
Gestão Responsável em Ano Eleitoral - Concursos Públicos e Cuidados Especiais em Ano Eleitoral
I Encontro Nacional de Gestores e Membros de Comissão de Concurso Público na Administração Pública
Palestra "Concursos Públicos e Cuidados Especiais em Ano Eleitoral"

**TABELA 17 - Participação em Eventos - DFAP**

(conclusão)

<b>Eventos</b>
Plano Estratégico 2015 a 2019 - Apresentação das Macrotendências na Área de Controle da Gestão dos Recursos Públicos
Tópicos em Direito Previdenciário: Fiscalização e Controle dos RPPS - do evento Seminário: "Direito Previdenciário: Fiscalização e Controle dos RPPS"

Fonte: Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal - DFAP.

## **5.4 Deliberações**

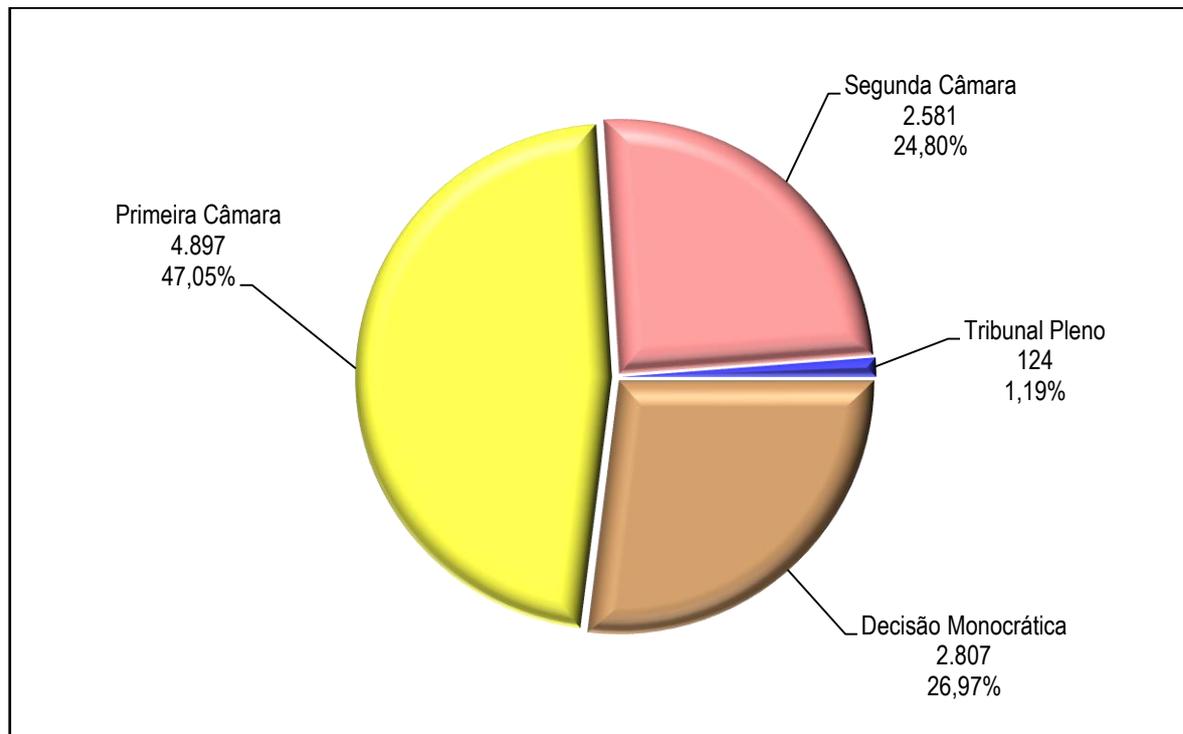
As deliberações do Tribunal de Contas têm a forma de:

- acórdão;
- parecer;
- instrução normativa;
- resolução;
- decisão normativa;
- decisão monocrática.

No trimestre foram realizadas 30 (trinta) sessões, sendo 9 (nove) do Tribunal Pleno, 11 (onze) da Primeira Câmara e 10 (dez) da Segunda Câmara.

Foram deliberados 7.602 (sete mil, seiscentos e dois) processos nas sessões realizadas e 2.807 (dois mil, oitocentos e sete) processos por decisão monocrática, totalizando, 10.409 (dez mil, quatrocentos e nove) processos deliberados no trimestre.

**GRÁFICO 1 - Processos Deliberados**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

### 5.4.1 Tribunal Pleno

**TABELA 18 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno**

Natureza	Quantidade
Acompanhamento	1
Assunto Administrativo - Ato Normativo	11
Balanço Geral do Estado	1
Consulta	5
Denúncia	3
Edital de Licitação	1
Embargos Declaratórios	3
Recurso Administrativo	1
Recurso de Reconsideração	1
Recurso de Revisão	9
Recurso Ordinário	85
Representação	2
Tomada de Contas Especial	1
<b>Total</b>	<b>124</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## 5.4.2 Primeira e Segunda Câmaras

**TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras**

(continua)

Natureza	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Agravo	4	1	5
Aposentadoria	2.350	899	3.249
Apostila	-	1	1
Apostila Retificatória de Proventos	2	-	2
Assunto Administrativo - Câmaras	-	76	76
Ato Retificador de Aposentadoria	2	-	2
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	6	18	24
Auditoria	2	-	2
Balancete Mensal	82	51	133
Balanço Geral	3	1	4
Complemento de Proventos de Aposentadoria	8	-	8
Contrato	12	3	15
Convênio	22	26	48
Denúncia	106	63	169
Dispensa de Licitação	-	1	1
Edital de Concurso Público	11	12	23
Edital de Licitação	8	13	21
Embargos Declaratórios	7	2	9
Inspeção Extraordinária	5	4	9
Inspeção Extraordinária - Licitação	3	-	3
Inspeção Ordinária	94	77	171
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	6	2	8
Inspeção Ordinária - Licitação	8	8	16
Inspeção Ordinária - Parecer Coletivo	5	-	5
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	12	6	18
Licitação	5	8	13
Pedido de Auditoria	1	-	1
Pedido de Reexame	45	20	65
Pensão	459	174	633

**TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras**

(continua)

<b>Natureza</b>	<b>Primeira Câmara</b>	<b>Segunda Câmara</b>	<b>Total</b>
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	5	2	7
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	2	2	4
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	33	17	50
Prestação de Contas de Adiantamento	1	-	1
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	8	1	9
Prestação de Contas de Convênio	26	11	37
Prestação de Contas de Exercício	57	33	90
Prestação de Contas de Ordenadores	20	1	21
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	1	-	1
Prestação de Contas do Executivo Municipal	311	291	602
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	291	162	453
Prestação de Contas Municipal	610	358	968
Processo Administrativo	146	143	289
Recurso de Reconsideração	1	3	4
Reforma	2	-	2
Relatório de Avaliação Atuarial	1	-	1
Relatório de Inspeção	3	1	4
Renúncia de Aposentadoria	1	-	1
Representação	35	16	51
Restituição de Caução	1	-	1
Reversão de Aposentadoria	1	-	1
Termo Aditivo a Contrato	6	5	11
Termo Aditivo a Convênio	20	3	23
Termo Aditivo a Termo de Cessão	1	1	2
Termo de Acordo	-	1	1
Termo de Ajustamento de Gestão	1	-	1
Termo de Cessão	-	1	1
Termo de Cooperação	-	1	1
Termo de Doação	-	1	1

**TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras**

(conclusão)

Natureza	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Termo de Re-ratificação	1	-	1
Termo de Rescisão de Contrato	1	-	1
Termo de Rescisão de Convênio	-	1	1
Tomada de Contas	5	4	9
Tomada de Contas Especial	37	56	93
Tomada de Contas Extraordinária	1	-	1
<b>Total</b>	<b>4.897</b>	<b>2.581</b>	<b>7.478</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

### 5.4.3 Decisões Monocráticas

Nos termos do inciso VI do art. 200 do Regimento Interno, as deliberações do Tribunal terão a forma de decisão monocrática, quando a lei ou o Regimento Interno autorizar o Relator ou o Presidente a decidir isoladamente a questão.

No trimestre, as decisões monocráticas ocorreram nos seguintes casos:

- registro / averbação de atos - aposentadoria, reforma e pensão;
- decadência;
- cancelamento de registro;
- inadmissão de recursos;
- inadmissão de pedido de rescisão;
- inadmissão de consultas;
- agravo em decisão monocrática.

**TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática**

<b>Natureza</b>	<b>Quantidade</b>
Agravo	3
Aposentadoria	2.265
Complemento de Proventos de Aposentadoria	1
Consulta	34
Embargos Declaratórios	2
Pedido de Reexame	1
Pedido de Rescisão	6
Pensão	369
Recurso Ordinário	7
Reforma	119
<b>Total</b>	<b>2.807</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

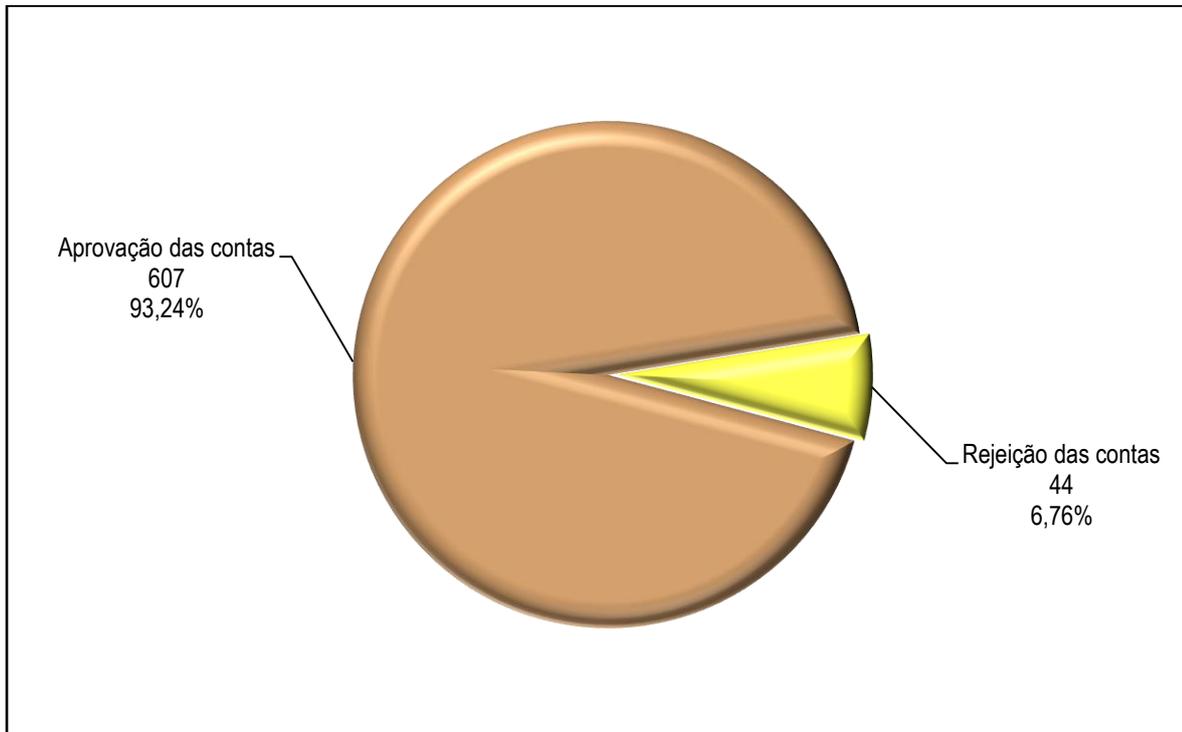
#### **5.4.4 Deliberação em Parecer Prévio**

O art. 42 da Lei Complementar nº 102/2008 dispõe que compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas pelos prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio.

A emissão do parecer prévio poderá ser pela aprovação das contas, pela aprovação das contas, com ressalva, e pela rejeição das contas, nos termos do art. 45, I, II e III, da mencionada Lei.

No trimestre foram emitidos 651 (seiscentos e cinquenta e um) pareceres, como registrado no Gráfico 2.

**GRÁFICO 2 - Deliberação em Parecer Prévio**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

#### **5.4.5 Deliberação em Consulta**

O TCEMG emite parecer em consulta acerca de matéria de sua competência que tenha repercussão financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial e que não verse sobre caso concreto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno.

O parágrafo único do art. 210 do citado Regimento dispõe que o parecer emitido em consulta tem caráter normativo e constitui prejulgamento de tese, mas não de caso concreto, mas a orientação dada prevalecerá quando do exame do caso concreto correspondente.

No trimestre, foram submetidos ao Tribunal Pleno, para deliberação, pareceres em 5 (cinco) processos de consulta, cujas indagações estão transcritas na Tabela 21.

**TABELA 21 - Consultas**

(continua)

Processo	Consultentes	Indagações
837.086	Prefeito do Município de Patrocínio, Humberto Donizete Ferreira	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Ao promover concurso público, a Câmara auferir receita com as inscrições. Esta receita é utilizada para pagamento das despesas do referido concurso. A receita não gasta pode ser utilizada pela Câmara Municipal, para pagamento de suas despesas correntes, a exemplo do que acontece com a receita auferida pela venda de bens móveis?</li> <li>– Ao promover o pagamento de seus servidores e as contratações de pessoas jurídicas e físicas, a Câmara Municipal faz desconto de imposto de renda da fonte. Esta receita deve ser devolvida à Prefeitura ou pode ser utilizada pela Câmara Municipal para pagamento de suas despesas?</li> </ul>
888.123	Prefeito do Município de Guanhães, Geraldo José Pereira	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Qual a exigência legal para a designação de pessoas para compor o secretariado municipal, com referência ao grau de parentesco com o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito Municipal?</li> <li>– Existe um número específico?</li> <li>– Necessariamente o secretário tem que ter a formação profissional adequada para exercer as funções de sua pasta?</li> </ul>
912.102	Prefeito do Município de Albertina, Rovilson Edivino Ferreira	<ul style="list-style-type: none"> <li>– É possível que um servidor público ocupante de 2 (dois) cargos efetivos, legalmente e licitamente cumuláveis, ao ser nomeado para um cargo comissionado e afastado de ambos os cargos efetivos, <b>opte pelos vencimentos dos cargos efetivos cumulados</b>, quando mais vantajoso?</li> </ul>
912.135	Superintendente do Instituto de Previdência Social de Santa Juliana, Viviane Carneiro Gonçalves	<ul style="list-style-type: none"> <li>– É possível a utilização de recursos advindos da taxa de administração, prevista na Orientação Normativa MPS/SPS nº 2/2009 e criada por lei, para a quitação da folha de pagamento dos servidores de entidade estatal que administra Regime Próprio de Previdência Social?</li> <li>– Os valores relativos à remuneração do pessoal necessário ao funcionamento de autarquia responsável por gerir Regime Próprio de Previdência deve ser estabelecido por lei, nos termos do art. 37, X da CR/88, cuja iniciativa é privativa do Chefe do Executivo local, nos termos do art. 61, § 1º, II, “a” da Constituição da República, sendo vedada a autorregulação realizada pela entidade responsável?</li> </ul>

**TABELA 21 - Consultas**

(conclusão)

Processo	Consultentes	Indagações
924.244	Chefe da Controladoria da Prefeitura Municipal de Além Paraíba, Fernanda Rocha da Silva	<ul style="list-style-type: none"> <li>– É lícita a contratação de empresa especializada em Banco de Preços, em substituição à ampla pesquisa de mercado realizada pela administração, para a instrução do processo licitatório?</li> <li>– Ou esse tipo de empresa só deve ser utilizada [sic] subsidiariamente?</li> </ul>

Fonte: SGAP.

## 5.5 Resoluções

No 3º trimestre de 2014, foram aprovadas 6 (seis) resoluções, como destacado na Tabela 22.

**TABELA 22 - Resoluções**

Número	Assunto
R - 11/2014	Regulamenta o pagamento da Gratificação pelo Cumprimento de Metas Extraordinárias (GME) ao servidor efetivo do Tribunal de Contas pelo desempenho das funções de professor ou instrutor de curso ou programa de desenvolvimento promovido por esta Corte e dá outras providências.
R - 12/2014	Regulamenta o acesso à informação, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 13/2014	Dispõe sobre a atualização monetária de multa imputada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nas ações de controle externo.
R - 14/2014	Regulamenta o Termo de Ajustamento de Gestão – TAG – no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 15/2014	Regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o afastamento de Conselheiros e Conselheiros Substitutos para fins de aperfeiçoamento e estudos no exterior.
R - 16/2014	Dispõe sobre a tramitação, em meio eletrônico, dos processos de atos de pessoal, oriundos do Sistema Informatizado de Fiscalização de Atos de Pessoal (Fiscap), e dos recursos e dos pedidos de rescisão deles decorrentes.

Fonte: Biblioteca do TCEMG.

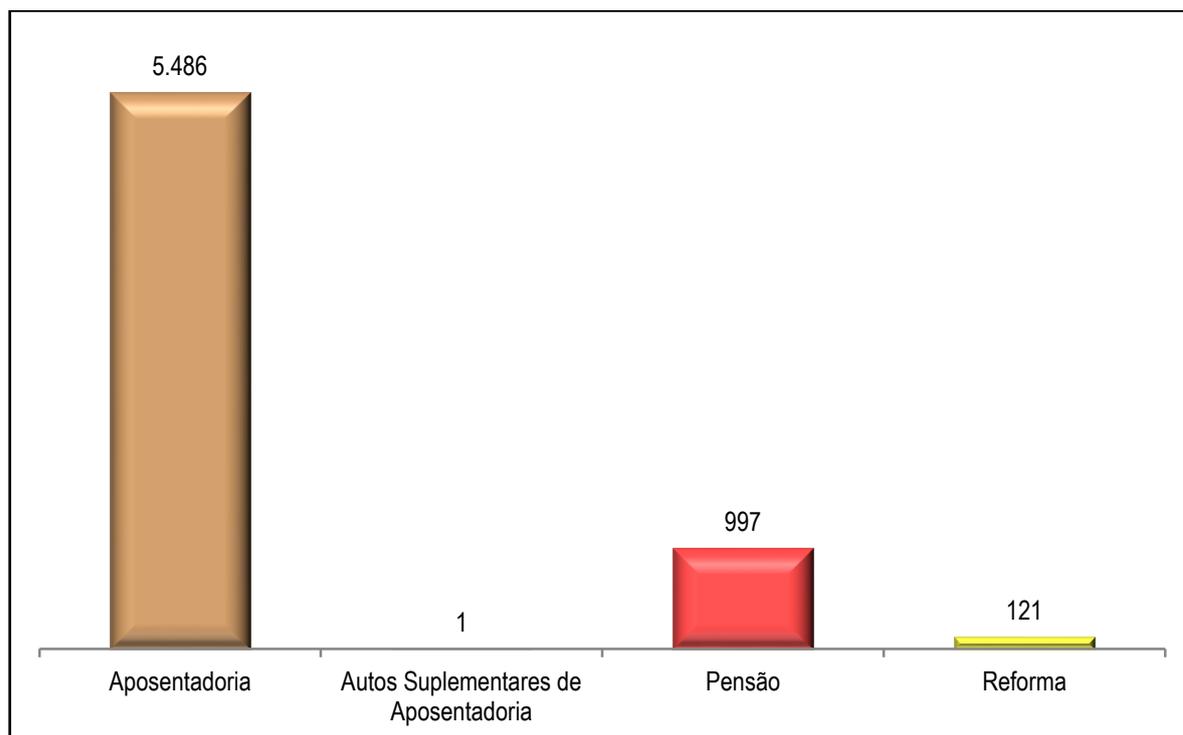
## 5.6 Registro de Atos

O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro, mediante procedimentos de fiscalização ou processo específico, conforme ato normativo próprio, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 256 do Regimento Interno.

No trimestre, foram realizados 6.605 (seis mil, seiscentos e cinco) registros, sendo 2.791 (dois mil, setecentos e noventa e um) pela Primeira Câmara, 1.060 (um mil e sessenta) pela Segunda Câmara e 2.754 (dois mil, setecentos e cinquenta e quatro) por decisão monocrática.

Foram registrados 5.486 (cinco mil, quatrocentas e oitenta e seis) Aposentadorias, 1 (um) Autos Suplementares de Aposentadoria, 997 (novecentas e noventa e sete) Pensões e 121 (cento e vinte e uma) Reformas, como demonstrado no Gráfico 3.

**GRÁFICO 3 - Registro de Atos**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## **5.7 Exame Prévio de Instrumento Convocatório**

O Regimento Interno, em seu art. 262, dispõe que os instrumentos convocatórios referentes aos procedimentos licitatórios instaurados pelos órgãos ou entidades estaduais e municipais sujeitam-se a exame prévio pelo Tribunal.

De acordo com o art. 264 do citado Regimento, a licitação poderá ser liminarmente suspensa se constatadas irregularidades graves que possam causar lesão ao erário, fraude ou risco de ineficácia da decisão de mérito.

Em caso de decisão monocrática, o Conselheiro Relator deverá submeter sua decisão à ratificação do Colegiado competente na sessão subsequente, sob pena de perda de eficácia, nos termos do disposto no § 1º do art. 264 do Regimento Interno.

No trimestre, foram suspensos 22 (vinte e dois) Editais de Licitação, sendo que 1 (um) foi suspenso pelo Tribunal Pleno, 14 (quatorze) foram suspensos pela Primeira Câmara e 7 (sete) pela Segunda Câmara.

Suspensão o certame, após a análise conclusiva dos itens impugnados na peça inicial, o TCEMG determina a adequação do edital aos ditames legais. Verificado o correto ajustamento e as condições de o feito prosseguir, os autos são novamente submetidos ao Colegiado competente para revogação da suspensão anteriormente determinada.

No que tange aos Editais de Concurso Público, ao proceder à análise, o Tribunal poderá suspender o certame, mediante medida cautelar, ou determinar que a entidade realizadora promova as correções necessárias, caso configurado o pressuposto de restrição à competitividade intrínseca à participação em concursos públicos, como também se constatada ilegalidade.

Foi suspenso, no trimestre, 1 (um) Edital de Concursos Públicos pela Segunda Câmara.

## 5.8 Sanções

O Tribunal de Contas, ao constatar irregularidade ou descumprimento de obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá, observado o devido processo legal, aplicar, isolada ou cumulativamente, as sanções de multa, inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o poder público, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.

A multa será aplicada de forma individual, a cada agente que tiver concorrido para o fato, sendo o seu pagamento de responsabilidade pessoal dos infratores.

Conforme dispõe o art. 316 do mencionado Regimento, verificada a existência de dano ao erário, o Tribunal determinará o seu ressarcimento aos cofres públicos pelo responsável ou sucessor, observado o disposto no inciso VIII do art. 2º do citado Regimento.

Nas Tabelas 23 e 24, estão registradas as multas aplicadas e os ressarcimentos determinados no trimestre.

**TABELA 23 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade**

(continua)

<b>Irregularidade</b>	<b>Primeira Câmara</b>	<b>Segunda Câmara</b>	<b>Total</b>
Abertura de créditos suplementares sem amparo legal	-	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Atos de Admissão praticados sem a observância de requisitos legais	R\$ 5.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 23.000,00
Ausência de conta corrente específica para os recursos destinados à educação/saúde	R\$ 17.850,00	R\$ 70.000,00	R\$ 87.850,00
Descumprimento de determinação do Tribunal	R\$ 22.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 47.000,00
Descumprimento de prazo limite para o envio do Relatório da Gestão Fiscal	-	R\$ 86.000,00	R\$ 86.000,00
Descumprimento de prazo limite para o envio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	R\$ 192.000,00	R\$ 192.000,00
Descumprimento dos percentuais de aplicação dos recursos do FUNDEF na remuneração do magistério	R\$ 9.500,00	R\$ 18.000,00	R\$ 27.500,00
Dispensa/Inexigibilidade com irregularidade(s)	R\$ 102.000,00	R\$ 20.150,00	R\$ 122.150,00
Falta de procedimento licitatório	R\$ 311.077,00	R\$ 13.500,00	R\$ 324.577,00
Falta de repasse dos recursos destinados ao ensino/saúde para os órgãos responsáveis	R\$ 19.550,00	R\$ 67.500,00	R\$ 87.050,00

**TABELA 23 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade**

(conclusão)

<b>Irregularidade</b>	<b>Primeira Câmara</b>	<b>Segunda Câmara</b>	<b>Total</b>
Irregularidade(s) com recursos do FUNDEF/FUNDEB	R\$ 5.600,00	R\$ 19.500,00	R\$ 25.100,00
Irregularidade(s) em Convênio/Contrato/Termo Aditivo	R\$ 134.810,00	R\$ 43.600,00	R\$ 178.410,00
Irregularidade(s) na gestão do órgão	R\$ 13.000,00	-	R\$ 13.000,00
Irregularidade(s) nas Contas do Executivo Municipal	-	R\$ 46.000,00	R\$ 46.000,00
Irregularidade(s) nas Prestações de Contas	R\$ 17.000,00	R\$ 63.000,00	R\$ 80.000,00
Irregularidade(s) no Edital de Concurso Público	-	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00
Irregularidade(s) nos gastos com o ensino/saúde	R\$ 15.400,00	R\$ 3.000,00	R\$ 18.400,00
Irregularidade(s) relativa(s) ao Controle Interno	R\$ 70.100,00	R\$ 7.000,00	R\$ 77.100,00
Procedimento licitatório com irregularidade(s)	R\$ 266.100,00	R\$ 34.500,00	R\$ 300.600,00
Outras irregularidades	R\$ 57.850,00	R\$ 31.000,00	R\$ 88.850,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.066.837,00</b>	<b>R\$ 774.750,00</b>	<b>R\$ 1.841.587,00</b>

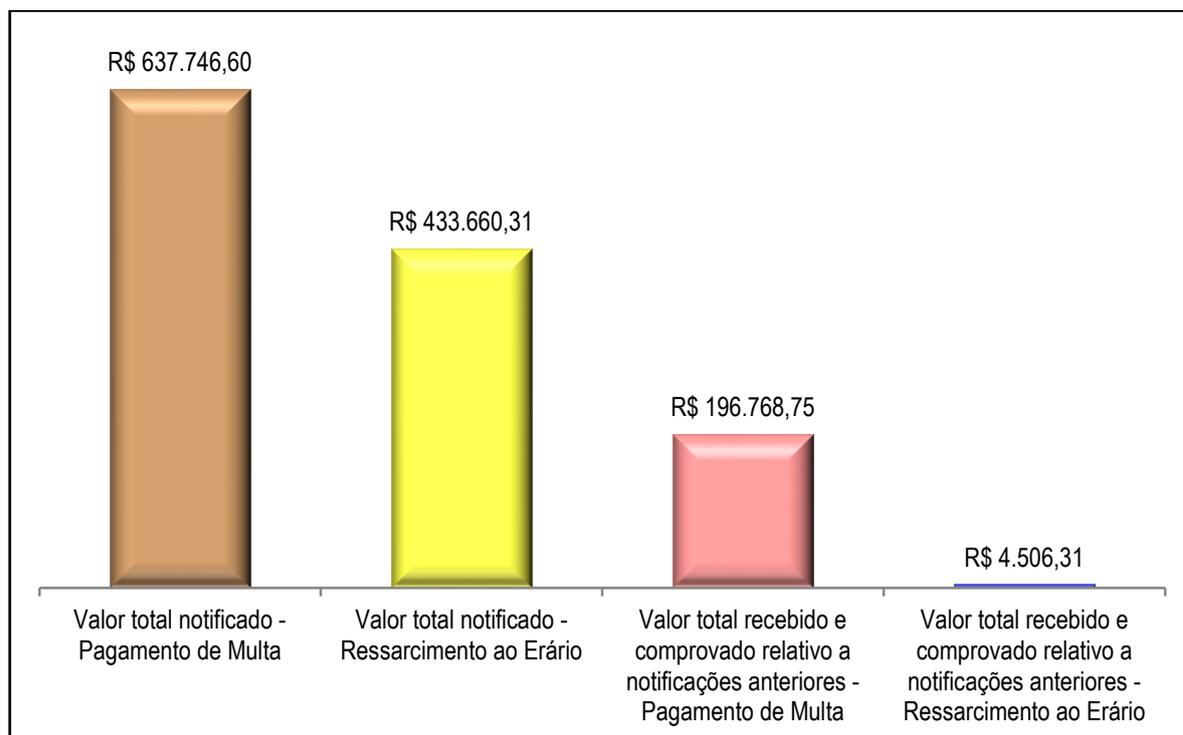
Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**TABELA 24 - Valor dos Ressarcimentos Determinados por Irregularidade**

<b>Irregularidade</b>	<b>Primeira Câmara</b>	<b>Segunda Câmara</b>	<b>Total</b>
Ausência de comprovação da execução do objeto	R\$ 323.816,66	-	R\$ 323.816,66
Benefícios concedidos sem lei autorizativa	R\$ 3.374,14	-	R\$ 3.374,14
Contrato irregularmente executado	R\$ 195.510,68	R\$ 36.732,00	R\$ 232.242,68
Despesas com publicidade realizadas irregularmente	R\$ 6.560,00	-	R\$ 6.560,00
Despesas com publicidade sem apresentação da matéria veiculada	R\$ 4.327,00	-	R\$ 4.327,00
Despesas não afetas ao interesse público	R\$ 67.264,13	-	R\$ 67.264,13
Falta de comprovação de despesas com documentos legais	R\$ 86.435,96	R\$ 54.966,01	R\$ 141.401,97
Realização de despesas sem a observância de procedimentos legais	R\$ 50.265,54	R\$ 283.967,14	R\$ 334.232,68
Recebimento indevido de remuneração	R\$ 7.280,26	R\$ 20.096,44	R\$ 27.376,70
Outras irregularidades	-	R\$ 8.179,03	R\$ 8.179,03
<b>Total</b>	<b>R\$ 744.834,37</b>	<b>R\$ 403.940,62</b>	<b>R\$ 1.148.774,99</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**GRÁFICO 4 - Valores Notificados e Pagos - Multa e Ressarcimento ao Erário**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

No trimestre, a Coordenadoria de Débito e Multa encaminhou 83 (oitenta e três) certidões de débito ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para as providências cabíveis à execução forçada pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais, como discriminado nas Tabelas 25 e 26.

**TABELA 25 - Multa**

Certidões	Valor Total
68	R\$ 332.541,40

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**TABELA 26 - Ressarcimento ao Erário**

Certidões	Valor Total
15	R\$ 540.209,77

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## 5.9 Recursos Deliberados

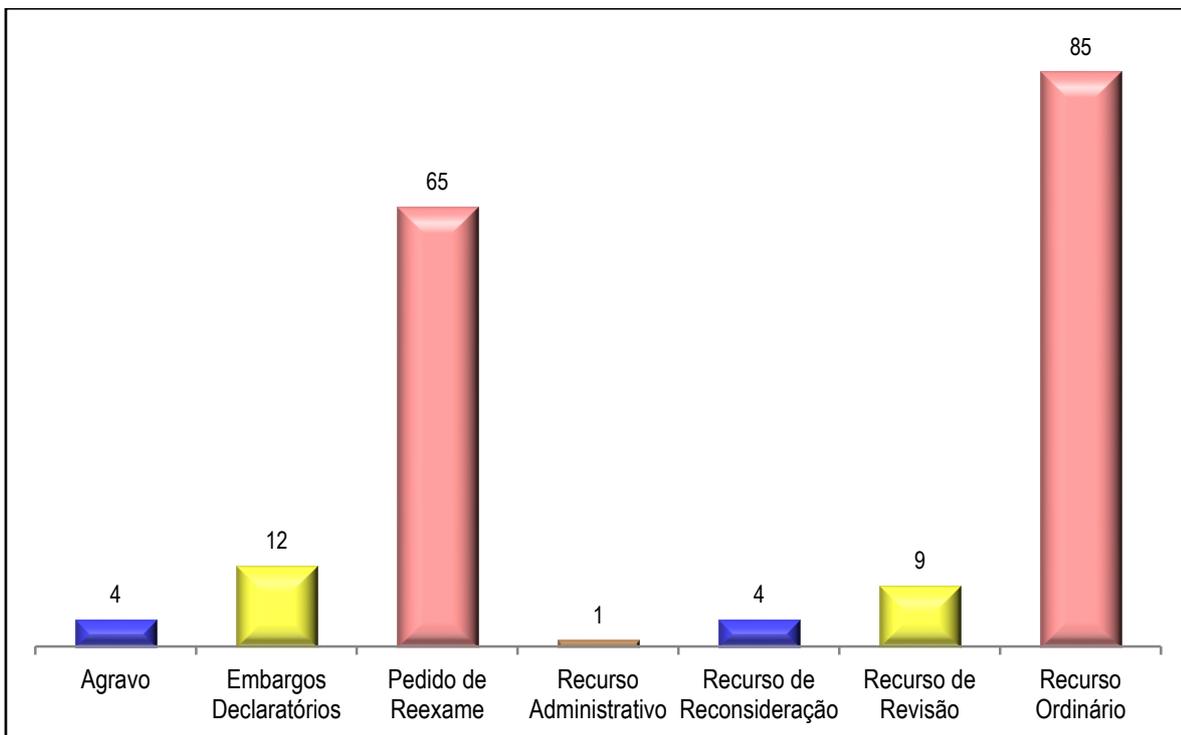
Nos termos do art. 324 do Regimento Interno, das decisões do Tribunal caberão os seguintes recursos:

- recurso ordinário;
- agravo;
- embargos de declaração;
- pedido de reexame.

Poderão interpor recurso os responsáveis pelos atos impugnados; os interessados, desde que alcançados pela decisão ou que demonstrem razão legítima para intervir no processo; o Ministério Público junto ao Tribunal.

No 3º trimestre, foram deliberados 180 (cento e oitenta) recursos, como registrado no Gráfico 5.

**GRÁFICO 5 - Recursos Deliberados**

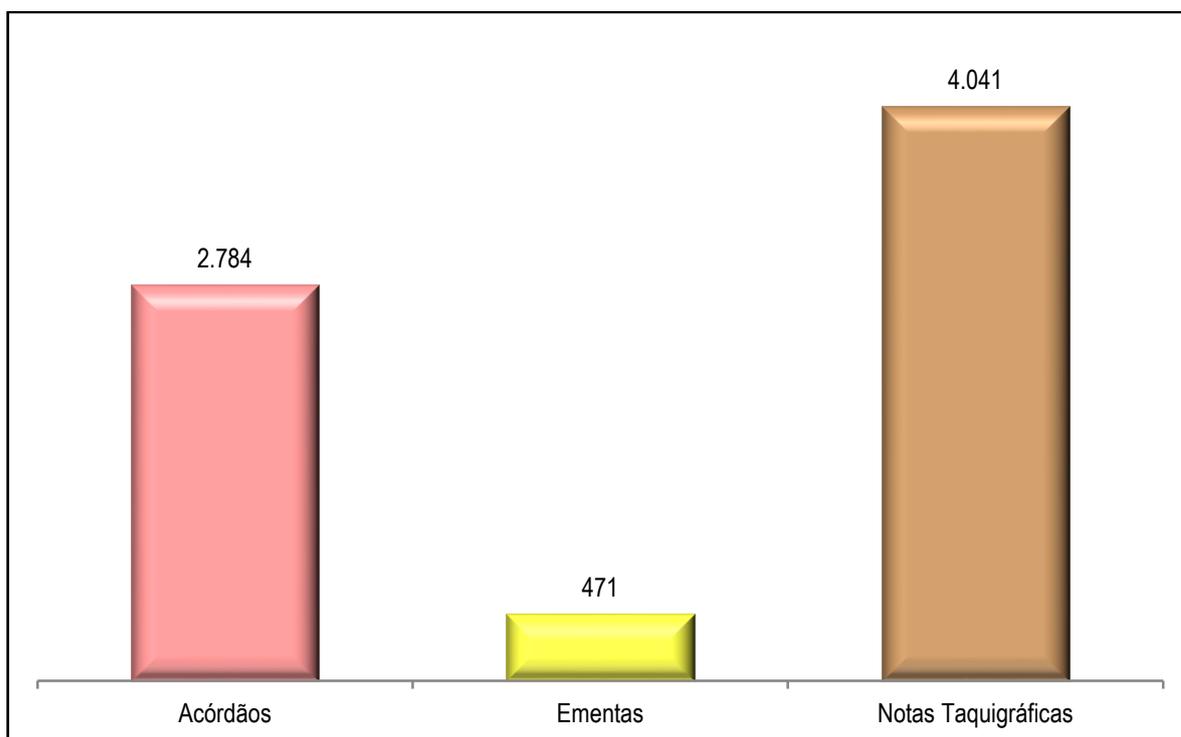


Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## 5.10 Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados

Foram emitidas, no trimestre, 4.041 (quatro mil e quarenta e uma) notas taquigráficas, publicados 2.784 (dois mil, setecentos e oitenta e quatro) acórdãos e 471 (quatrocentas e setenta e uma) ementas, sendo que 12 (doze) referem-se a parecer em consulta e 459 (quatrocentas e cinquenta e nove) a parecer prévio.

**GRÁFICO 6 - Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## 5.11 Certidões

No trimestre, foram emitidas 600 (seiscentas) certidões, como especificado na Tabela 27.

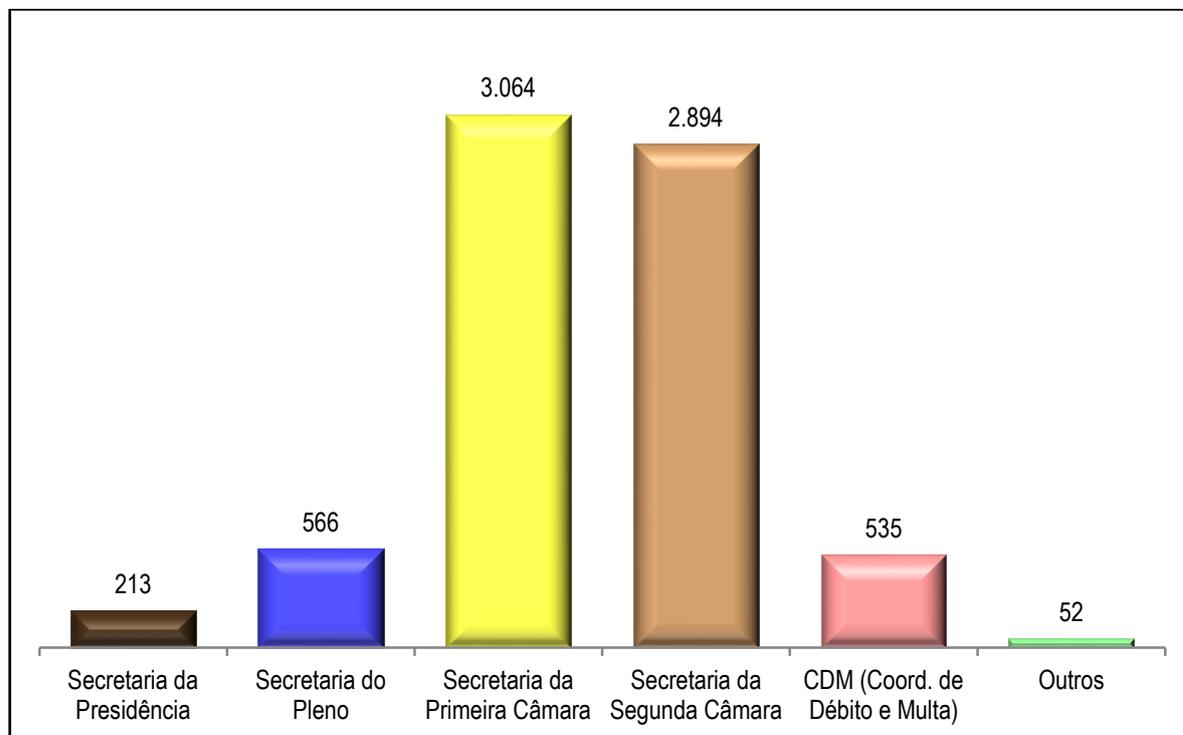
**TABELA 27 - Certidões Emitidas**

Forma/Finalidade	Sec. Pleno	Sec. Primeira Câmara	Sec. Segunda Câmara	DCEM	DCEE	Total
Inteiro teor	-	-	6	-	-	6
Para instrução de recurso	63	-	-	-	-	63
Para atendimento aos Jurisdicionados						
- Saúde/Ensino	-	-	-	233	-	432
- Pessoal	-	-	-	70	-	
- Fundeb	-	-	-	51	-	
- Limites LRF (Gestão Fiscal)	-	-	-	78	-	
Para contratação de operações de crédito e celebração de convênios pelos Municípios	-	-	-	42	-	42
Para contratação de operações de crédito da Dívida Interna e Externa	-	-	-	-	1	1
Outras certidões	27	1	-	28	-	56
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>502</b>	<b>1</b>	<b>600</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## 5.12 Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas

GRÁFICO 7 - Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## 6 PRINCIPAIS PARCERIAS FIRMADAS

Visando ao aprimoramento do controle externo, o Tribunal de Contas realizou parcerias com outros órgãos e instituições, a saber:

- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o TCEMG e o Pitágoras Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda. visando à cessão mútua de espaços entre os partícipes; formalização de apoio do Pitágoras ao Projeto Ponto de Expressão desenvolvido pelo Tribunal; e possibilidade de indicação de professores do quadro da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo para eventos educacionais promovidos pelo Pitágoras;
- Termo de Adesão, por parte do TCEMG, ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, a Corregedoria Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Superior Tribunal Militar, a Corregedoria da Justiça Militar da União e o Tribunal de Contas da União, objetivando a conjugação de esforços para o aperfeiçoamento e a manutenção do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI;
- Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TCEMG e o Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe, com a interveniência do Instituto Rui Barbosa - IRB, objetivando o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública;
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o TCEMG e o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, objetivando a troca de conhecimento, informações, experiências e do compartilhamento de ações educacionais; tais como o Projeto de Debates, Ponto de Expressão e as Jornadas Anuais de Contabilidade;
- Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TCEMG e o Tribunal de Contas de Guiné-Bissau, com a interveniência do Instituto Rui Barbosa, com o objetivo de realizar intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública;

- Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TCEMG e a Câmara de Contas de Timor-Leste, com a interveniência do Instituto Rui Barbosa, objetivando o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesses comuns;
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o TCEMG e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, com a interveniência da Procuradoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes Praticados por Agentes Políticos Municipais, da Central de Apoio Técnico, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, com o objetivo de facilitar o fornecimento de documentos, dados e informações, visando dotar os partícipes nos procedimentos de fiscalização, em seus respectivos âmbitos de atuação, de maior consistência e qualidade na apreciação da legalidade dos atos da Administração Pública Estadual e Municipal, bem como o compartilhamento de recursos de infraestrutura tecnológica de datacenter em forma de *colocation* (alocação *in-loco* de hardware) a fim dos partícipes possuírem redundâncias de dados, site-backup de aplicações e backup remoto das informações;
- Protocolo de Intenções celebrado por Dirigentes de Instituições de Ensino, por Presidentes de Institutos de Estudos afetos à área do Direito Público, por Escolas Governamentais, pelo TCEMG e pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, com o objetivo de captar o apoio de instituições de ensino, institutos de estudos afetos à área do Direito Público e de Escolas Governamentais ao Tribunal, e à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, para a realização do Programa “Ponto de Expressão”.

## 7 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

### 7.1 Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”

A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, instituída pela Resolução nº 5, de 10 de agosto de 1994, tem por missão promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a difusão do conhecimento aos jurisdicionados, contribuindo para a efetividade do controle externo da gestão dos recursos públicos.

A sua principal atividade de capacitação é o Curso de Pós-Graduação lato sensu, que tem como principal objetivo assegurar a formação multidisciplinar aos técnicos e oficiais do TCEMG, proporcionando conhecimentos e habilidades específicos ao aperfeiçoamento do controle externo, além de conscientizar os servidores sobre a importância de uma atuação transparente e responsável.

### 7.2 Eventos Internos e Externos

Nas Tabelas 28 e 29 estão registrados alguns dos eventos internos e externos que ocorreram no período.

**TABELA 28 - Eventos Internos**

(continua)

<b>Eventos</b>	<b>Participantes</b>
<i>Business Intelligence</i> para o SIAFI/MG (Sistema Integrado de Administração Financeira), desenvolvido pela Prodemge (Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais)	12 servidores
Curso Gestão na Folha de Pagamento no Serviço Público	6 servidores
Curso Redação de Sentenças, Acórdãos, Pareceres e Relatórios Técnicos	30 servidores
Encontro dos Tribunais de Contas de Língua Portuguesa para Desenvolvimento e Educação	3 servidores
Encontro dos Tribunais de Contas de Língua Portuguesa para Desenvolvimento e Educação	9 participantes

**TABELA 28 - Eventos Internos**

(conclusão)

<b>Eventos</b>	<b>Participantes</b>
Encontro Técnico “O TCEMG e os Municípios: Gestão Responsável em Ano Eleitoral”	390 jurisdicionados
I Jornada de Contabilidade Pública do TCEMG	115 servidores
I Jornada de Contabilidade Pública do TCEMG	1.033 participantes
Oracle Business Intelligence (BI) – Infostrategy	28 servidores
Ponto de Expressão – Financiamento Público ou Privado de Campanha	17 servidores
Ponto de Expressão – Financiamento Público ou Privado de Campanha	187 participantes
Ponto de Expressão – Nova Lei Anticorrupção	17 servidores
Ponto de Expressão – Nova Lei Anticorrupção	259 participantes
Seminário Auditoria Ambiental – Lei Nacional de Saneamento	14 servidores
Seminário Auditoria Ambiental – Lei Nacional de Saneamento	26 participantes
Seminário Auditoria em Serviço de Limpeza Urbana e Disposição Final de Resíduos Sólidos	14 servidores
Seminário Auditoria em Serviço de Limpeza Urbana e Disposição Final de Resíduos Sólidos	12 participantes
Seminário Direito Previdenciário: Fiscalização e Controle dos RPPS	82 servidores
Seminário Direito Previdenciário: Fiscalização e Controle dos RPPS	347 participantes
Seminário Plano Nacional de Mobilidade Urbana	16 servidores
Seminário Plano Nacional de Mobilidade Urbana	100 participantes
Seminário Tópicos em Direito do Trabalho Aplicado à Administração Pública	44 servidores
Seminário Tópicos em Direito do Trabalho Aplicado à Administração Pública	30 participantes
Seminário Tópicos em Direito Financeiro	217 servidores
Seminário Tópicos em Direito Financeiro	417 participantes
Simpósio Convênios e Tomadas de Contas Especiais	34 servidores
Simpósio Convênios e Tomadas de Contas Especiais	172 participantes
Técnica de Identificação de Cartel	75 servidores
Técnica de Identificação de Cartel	36 participantes

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**TABELA 29 - Eventos Externos**

(continua)

<b>Eventos</b>	<b>Participantes</b>
Congresso 10th World Congress – Health Economics in the Age of Longevity: a Joint IHEA & ECHE Congress	1 servidor
Curso Avançado Sobre Licitações e Contratos	1 servidor
Curso Capacitação de Servidores Públicos para Atuarem em Ouvidorias Públicas	2 servidores
Curso Capacitação e Aperfeiçoamento, Planejamento, Organização e Coordenação de Eventos	1 servidor
Curso Compras Públicas com Ênfase em Especificação de Materiais	1 servidor
Curso de Formação de Analistas de Processos	2 servidores
Curso Formação e Certificação Internacional em Leader	1 servidor
Curso Formação em Practitioner Intensivo	2 servidores
Curso Gestão da Informação e do Conhecimento	3 servidores
Curso Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	1 servidor
Curso Gestão por Competências	4 servidores
Curso Licitação Avançado	1 servidor
Curso Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade – Visão Geral das Principais Diferenças – Setor Público (IPSAS) versus Setor Privado (IAS/IFRS) – Módulos I, II e III	5 servidores
Curso RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas	5 servidores
Encontro Secretários de Estabelecimentos de Ensino Superior	1 servidor
Encontro Técnico O TCEMG e os Municípios: Gestão Responsável em Ano Eleitoral / Encontro Fomenta Minas	423 jurisdicionados
I Encontro Nacional de Gestores e Membros de Comissão de Concurso Público na Administração Pública	3 servidores
I Seminário Regional de Informação de Custo e Qualidade do Gasto no Setor Público	4 servidores
II Congresso Brasileiro das Empresas Estatais – Governança, Controle e Competitividade	2 servidor
IV Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos	1 servidor
IV Encontro Nacional dos Tribunais de Contas e XIII ECCOR – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil	40 servidores
IX CONINTER – Congresso Norte – Nordeste de Controle Interno e Externo	2 servidores
Jornadas Argentino-Brasileiras de Direito e Políticas Públicas	6 servidores
Secretariado Executivo, Assessores e Assistentes	1 servidor

**TABELA 29 - Eventos Externos**

(conclusão)

<b>Eventos</b>	<b>Participantes</b>
Seminário Nacional Como Elaborar Planilha de Formação de Preços da IN nº 2/08 e Como Julgar a Licitação para a Contratação dos Serviços Contínuos	1 servidor
Seminário Nacional O Que Muda na Terceirização de Serviços Contínuos com as alterações da IN nº 2/08	1 servidor
Seminário Nacional Sistema de Registro de Preços para Compras e Serviços – Como Planejar, Julgar a Licitação e Gerir a Ata e o Contrato	1 servidor
VIII Pregão Week – Semana de Estudos Avançados Sobre Pregão	1 servidor
X Jornadas Brasileiras de Direito Processual	2 servidores
XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	1 servidor
XIV Simpósio Nacional de Desenvolvimento Profissional para Secretariado Executivo, Assessores e Assistentes	2 servidores
XXXVIII Encontro da Anpad – ENPAD – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração	1 servidor

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

No 3º trimestre, foram capacitados 824 (oitocentos e vinte e quatro) servidores, 813 (oitocentos e treze) jurisdicionados e 2.628 (dois mil, seiscentos e vinte e oito) participantes externos, totalizando 4.265 (quatro mil, duzentas e sessenta e cinco) capacitações.

## 8 DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Todo cidadão tem direito ao acesso à informação produzida, guardada e gerenciada pelos órgãos públicos. Esse direito é assegurado pela Constituição da República e, agora, seu exercício foi regulamentado pela Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011.

A informação, ao ser disponibilizada, permite ao cidadão fiscalizar de forma permanente a aplicação dos recursos públicos.

Nessa esteira e atento ao princípio da publicidade dos atos da Administração Pública, previsto no art. 37 da Constituição da República, e ao cumprimento dos objetivos estratégicos “Ser conhecido e reconhecido pela sociedade e instituições em geral” e “Estimular o Controle Social”, o Tribunal de Contas fornece aos cidadãos informações relativas às suas atividades, utilizando, para isso, diferentes canais de comunicação.

### 8.1 Portal do TCEMG na Internet

TABELA 30 - Portal

Tipo	Quantidade
Notícias publicadas	77
Downloads de programas do TCEMG	163
Mensagens respondidas pelo Fale com o TCE	3
Visualizações de páginas	536.013

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## 8.2 Serviços e Sistemas Informatizados

**TABELA 31 - Serviços e Sistemas Informatizados**

(continua)

Serviço/Sistema	Especificação
Biblioteca	A Biblioteca Conselheiro Aloysio Alves da Costa tem como objetivo prioritário apoiar os diversos setores do Tribunal de Contas no cumprimento de seus fins, constitucionalmente estabelecidos
Biblioteca/Acervo	O acervo da Biblioteca do Tribunal de Contas é especializado na área jurídica e contábil, mas abrange um número significativo de publicações em outras áreas do conhecimento
CNJ	Certidão de Contas - Permite a emissão e a verificação de autenticidade de certidões. É válida somente para pessoas físicas que possuam CPF
Conferência de Assinatura	Verifica a autenticidade da assinatura de documentos assinados eletronicamente
Consulta a Documentos Processuais	Possibilita a consulta a documentos processuais no Portal do TCEMG
Consultas	Consultas respondidas pelo TCEMG
Escola de Contas	A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo é responsável por promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do TCEMG e a difusão de conhecimento aos jurisdicionados
Fale com o TCE	Canal de Comunicação com o cidadão/jurisdicionado
FISCAD	Fiscalização de Atos de Admissão
FISCAP	Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal
FISCOPA	Sistema de Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos na Organização da Copa do Mundo de 2014
Geo-Obras	Sistema de Informações Geográficas para gerenciar as informações das obras executadas por órgãos das esferas estadual e municipal
LEGISCAM	Remessa de Atos de Fixação dos Subsídios do Legislativo Municipal
Legislação Municipal - IN nº 5/2000	Permite a remessa de informações necessárias à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, das Administrações Direta e Indireta dos Municípios
MapJuris	Mapeamento e Sistematização da Jurisprudência do TCEMG
minasdeolhonacopa	Site que permite ao cidadão acompanhar e auxiliar o TCEMG - um dos órgãos responsáveis pela fiscalização dos recursos referentes à organização e à realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014, em Minas Gerais - em seu compromisso constitucional no exercício do controle externo

**TABELA 31 - Serviços e Sistemas Informatizados**

(conclusão)

<b>Serviço/Sistema</b>	<b>Especificação</b>
Ouvidoria	Espaço de interlocução entre o Tribunal de Contas e o cidadão para receber sugestões, críticas, reclamações, elogios ou pedidos de esclarecimentos a respeito dos serviços prestados pela Instituição
Portal do Servidor	Portal que disponibiliza ao servidor informações cadastrais, funcionais e de pagamento
PUSH	Envio de Informação Processual
Recadastramento de Aposentados e Pensionistas	Sistema de recadastramento de aposentados e pensionistas que integram a folha de pagamento de pessoal do TCEMG, que tem por objetivo manter a base de dados cadastral atualizada
SEC	Sistema de Emissão de Certidão
SECMULTAS	Banco de dados unificado da Coordenadoria de Débito e Multa, responsável pelo gerenciamento, no âmbito administrativo, dos débitos imputados e das multas aplicadas pelo Tribunal
SIGI	Sistema de Gestão de Identidade
SIACE LRF	Sistema informatizado de Apoio ao Controle Externo/Lei de Responsabilidade Fiscal
SIACE PCA	Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Prestação de Contas Anual
SIACE PCA Lei 6.404/76	Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Prestação de Contas Anual - Entidades de Direito Privado regidas pela Lei 6.404/76
SIACE PCA X SIACE LRF	Relatório Comparativo do SIACE/PCA X SIACE/LRF que demonstra o paralelo entre os dados enviados, pelas Prefeituras Municipais, nas prestações de contas anuais e nos relatórios pertinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, por meio dos sistemas SIACE/PCA e SIACE/LRF
SICAM	Sistema Informatizado de Contas para Câmaras Municipais
SICOM	Sistema Informatizado de Contas Municipais
SICOM Consulta	Sistema Informatizado de Contas Municipais
SICOP	Sistema de Controle de Licitações, Contratos, Convênios, Adiantamentos e Prestações de Contas
SIDE	Demonstrativos do Ensino
SIGMAT	Cadastro de Fornecedores e Coleta de Preços
TCJuris	Ferramenta de pesquisa livre de julgados
TCLegis	Sistema Integrado de Pesquisa

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

### 8.3 Intranet

**TABELA 32 - Intranet**

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>
Notícias publicadas	155
Visualizações de páginas	528.740

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

### 8.4 Redes Sociais (Twitter e Facebook)

As notícias de maior repercussão no período estão relacionadas na Tabela 33.

**TABELA 33 - Notícias de Maior Repercussão**

<b>Notícias</b>
Redução de jornada de servidores municipais e a necessidade de preservação do valor global da remuneração – Consulta nº 896.622
Entrevista “Uma nova contabilidade para a nova sociedade”
A Lei Federal nº 12.980/14
Irregularidade de contas por ausência de indicação, na ata, do horário de apresentação de propostas inabilitadas e inobservância de número mínimo de participantes em licitação na modalidade convite
Edital do Concurso Público para o cargo de Auditor - Conselheiro Substituto - do TCEMG
I Jornada de Contabilidade Pública no TCEMG
Palestra sobre técnicas de identificação de cartel em licitações

Fonte: Assessoria de Publicidade e Marketing Institucional.

### 8.5 Informativo de Jurisprudência

**TABELA 34 - Atividades Relacionadas ao Informativo de Jurisprudência**

<b>Atividade</b>	<b>Quantidade</b>
Acessos ao Informativo via Portal do Tribunal	27.791
Total de cadastrados para recebimento do Informativo por <i>e-mail</i> até setembro de 2014	7.715

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## 8.6 Revista do Tribunal de Contas

**TABELA 35 - Atividades Relacionadas à Revista**

Atividade	Quantidade
Revistas distribuídas	9.992
Acessos à Revista do Tribunal	2.535
Total de cadastrados para receber a <i>newsletter</i> da Revista por <i>e-mail</i> até setembro de 2014	2.020

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## 8.7 Biblioteca Aloyzio Alves da Costa

**TABELA 36 - Atividades Relacionadas à Biblioteca**

Natureza	Quantidade
Atendimento ao público interno/externo	540
Empréstimos de publicações	1.605
Acessos à Base de Consultas	7.834
Acessos ao TC Legis	743

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## 8.8 Central de Relacionamento com os Jurisdicionados - CRJ

**TABELA 37 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Requerente**

Requerente	Quantidade	%
Prefeituras Municipais	2.431	48,91%
Câmaras Municipais	1.535	30,89%
Entidades Municipais	861	17,32%
Entidades Estaduais	116	2,33%
Consórcio Público	1	0,02%
Outros	26	0,52%
<b>Total</b>	<b>4.970</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**TABELA 38 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto**

<b>Assunto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
SICOM - Sistema Informatizado Contas Municipais	1.158	23,30%
SGI - Sistema de Gestão de Identidade	2.681	53,94%
SIACE LRF	292	5,88%
SIACE PCA	100	2,01%
FISCAP	335	6,74%
Certificado Digital	5	0,10%
SEC - Certidão Eletrônica	1	0,02%
SisObras	1	0,02%
FISCAD	7	0,14%
CRJ - Central de Relacionamento com os Jurisdicionados	40	0,80%
Certidão de Contas	1	0,02%
FISCOPA	3	0,06%
Remessa de Legislação	7	0,14%
Geo-Obras	181	3,64%
Minas Transparente	33	0,66%
Outros	125	2,52%
<b>Total</b>	<b>4.970</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## 9 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A Tabela 39 demonstra a distribuição do orçamento do Tribunal de Contas e a sua execução por grupo de despesa até o 3º trimestre de 2014.

**TABELA 39 - Execução Orçamentária**

<b>Discriminação</b>	<b>Credito Autorizado</b>	<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Percentual de Execução</b>
Pessoal e Encargos Sociais	559.850.000,00	386.584.589,21	69,05%
Outras Despesas Correntes	54.093.080,00	37.050.083,13	68,49%
Investimentos	6.466.500,00	42.797,70	0,66%
<b>Total</b>	<b>620.409.580,00</b>	<b>423.677.470,04</b>	<b>68,29%</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## 10 CONTROLE INTERNO

A Controladoria Interna, vinculada à Presidência, integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal de Contas e é a unidade que tem a função de efetivar a gestão do controle interno dentro do TCEMG.

Além da Controladoria Interna, integram o Sistema de Controle Interno todas as demais unidades pertencentes à estrutura organizacional do Tribunal de Contas, que deverão utilizar, em suas atividades e operações, o controle interno como ferramenta de trabalho, aplicada de forma prévia, concomitante e/ou subsequente para enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança na consecução da missão constitucional do órgão.

O art. 40 da Resolução nº 5, de 20 de março de 2013, dispõe que a Controladoria Interna tem a finalidade de auxiliar as unidades administrativas e orçamentárias do Tribunal para que executem suas atividades dentro dos estritos limites da legalidade, com moralidade, impessoalidade e eficiência.

São competências da Controladoria Interna:

- elaborar, planejar e submeter à apreciação do Presidente, até o final do primeiro trimestre de cada exercício, seu Plano Anual de Atividades;
- acompanhar e avaliar o cumprimento das metas orçamentárias, dos limites legais e dos atos de geração de despesas;
- avaliar as práticas operacionais das unidades que integram a estrutura organizacional do Tribunal;
- executar atividades de controle relativas à gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional do Tribunal;
- propiciar a integração e a interação das unidades organizacionais e respectivos sistemas de controle;
- executar outras competências correlatas descritas em atos normativos próprios.

As atividades da Controladoria Interna são desenvolvidas em consonância com as atribuições e competências estabelecidas na Resolução nº 7, de 12 de maio de 2010, e na Resolução nº 5, de 20 de março de 2013, buscando promover a participação integrada dos gestores de cada unidade com o setor, associada a um processo de mudança de cultura em relação à atuação do controle interno, no sentido de favorecer a adoção de rotinas e a melhoria do autocontrole afetas a cada uma das

unidades, contribuindo, dessa forma, para maior efetividade no alcance das metas definidas pelo Tribunal.

## 10.1 Atividades Desenvolvidas

Em conformidade com o Plano Diretor e com o Plano Anual de Controle Interno, e em cumprimento ao disposto no inciso IX do art. 6º da Resolução nº 8, de 27 de junho de 2012, a Controladoria Interna do Tribunal de Contas realizou várias atividades no trimestre, das quais destacam-se as relacionadas na Tabela 40.

**TABELA 40 - Atividades Desenvolvidas - Controladoria Interna**

<b>Atividades</b>
Verificação e manifestação acerca das informações lançadas no Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP relativas aos atos concessórios de aposentadoria dos servidores do Tribunal de Contas
Encaminhamento do Relatório Conclusivo de Auditoria Interna realizada na Coordenadoria de Transportes
Participação em reuniões do Grupo de Estudo para implantação do Sistema de Custos do TCEMG – TCSIC
Participação em reuniões do Grupo de Estudo para desenvolvimento do Projeto Sistema de Licitações e Contratações do TCEMG – SILIC
Análise Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2014
Verificação do cumprimento dos prazos de divulgação das informações disponibilizadas no “Portal Transparência” do TCEMG

Fonte: Controladoria Interna.

## 10.2 Capacitação de Servidores

Os servidores da Controladoria Interna participaram dos seguintes cursos/eventos:

**TABELA 41 - Participação em Eventos - Controladoria Interna**

<b>Evento</b>	<b>Participantes</b>
I Jornada de Contabilidade Pública do TCEMG	3 servidores
Curso Básico de Inteligência	1 servidor

Fonte: Controladoria Interna

## **11 CONTROLE SOCIAL**

### **11.1 Ouvidoria**

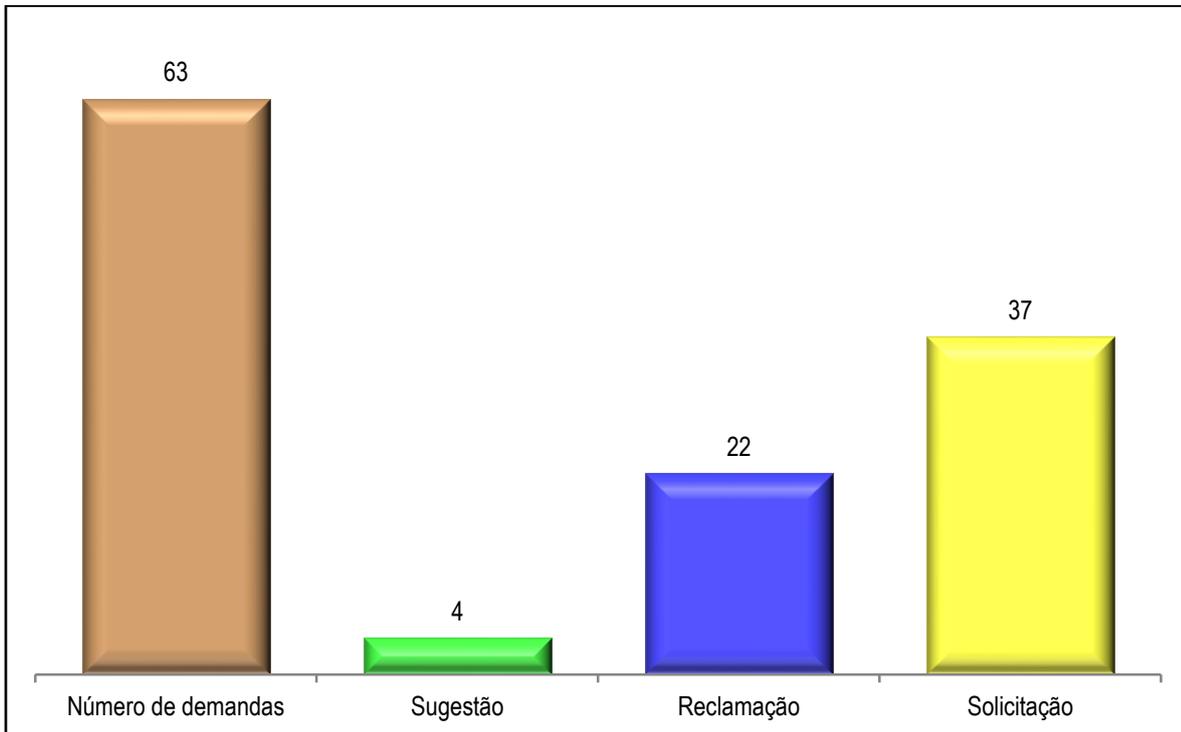
A Ouvidoria é um espaço de interlocução de uma instituição com a sociedade, destinado ao recebimento de manifestações quanto aos serviços e atendimentos prestados.

Nos termos do art. 45 do Regimento Interno, a Ouvidoria tem por finalidade contribuir para o aprimoramento da gestão das ações de controle do Tribunal, atuando na defesa da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência dos atos administrativos praticados por agentes, servidores e administradores públicos, bem como os demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

A Ouvidoria objetiva, ainda, receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação a respeito de serviços prestados pelo Tribunal, conforme disposto no parágrafo único do citado artigo.

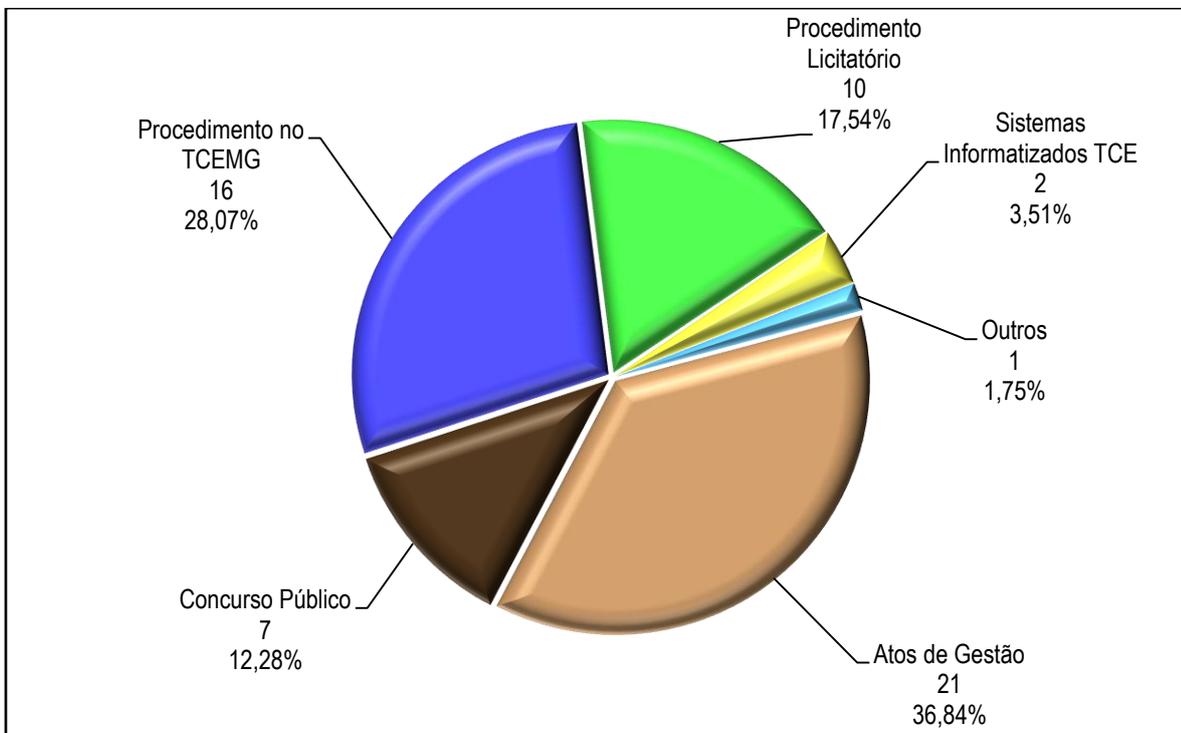
Nos Gráficos 8, 9, 10, 11, 12 e 13 e na Tabela 42 estão registradas as manifestações e demandas ocorridas no trimestre:

**GRÁFICO 8 - Manifestações Recebidas**



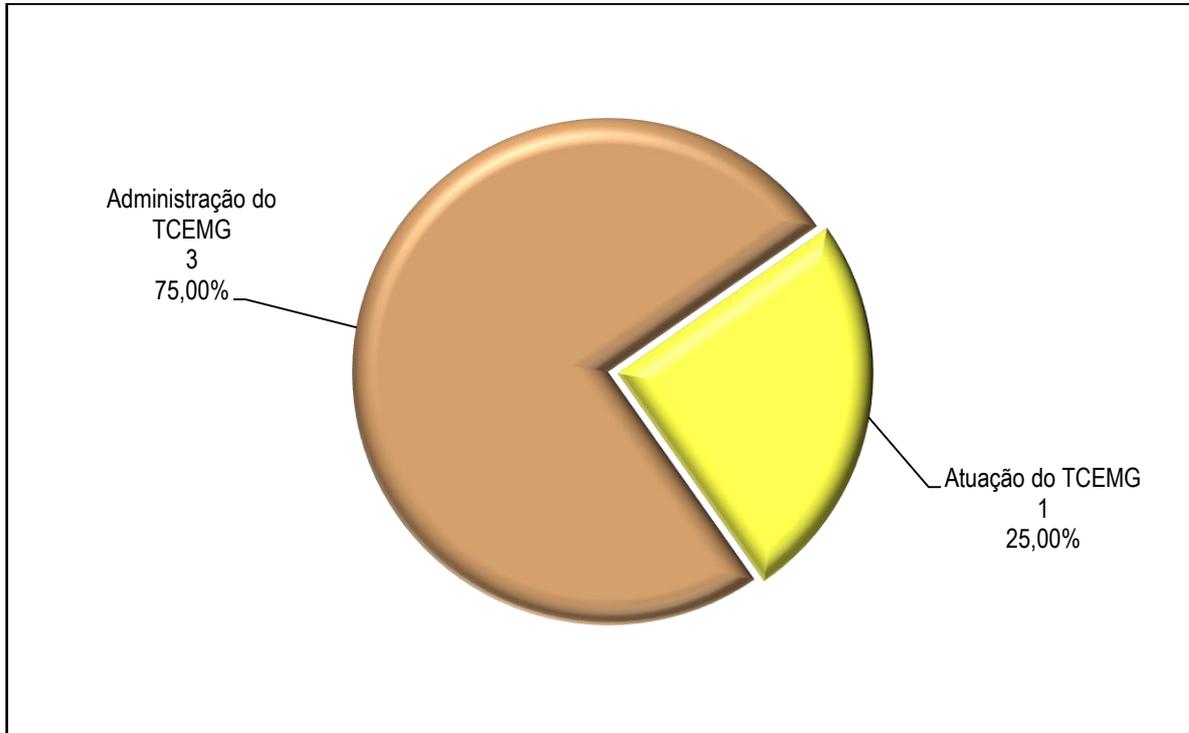
Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**GRÁFICO 9 - Assuntos Ouvidoria Externa**



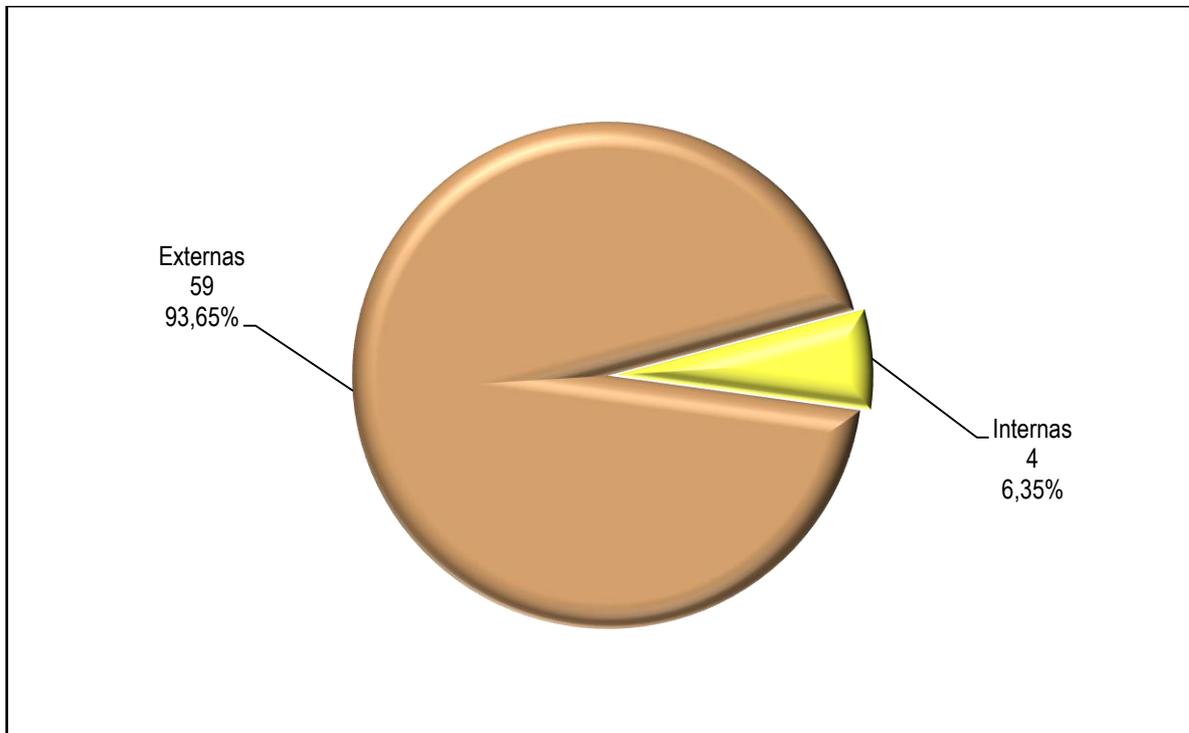
Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**GRÁFICO 10 - Assuntos Ouvidoria Interna**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**GRÁFICO 11 - Origem das Demandas**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

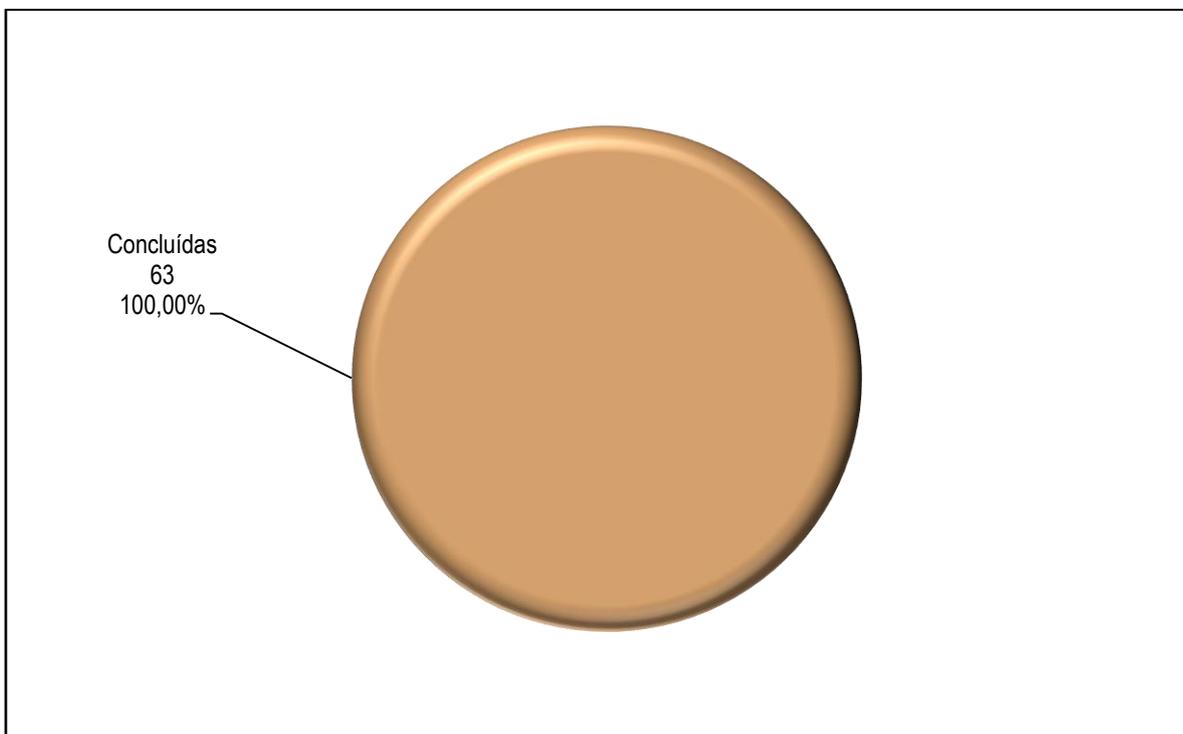
**TABELA 42 - Demandas Encaminhadas**

Unidades TC	Recebidas	Concluídas
Diretoria de Administração	4	4
Diretoria de Controle Externo dos Municípios / SICOM	4	2
Diretoria de Gestão de Pessoas	1	1
Diretoria de Tecnologia da Informação	2	2
Ouvidoria (*)	45	45
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>54</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

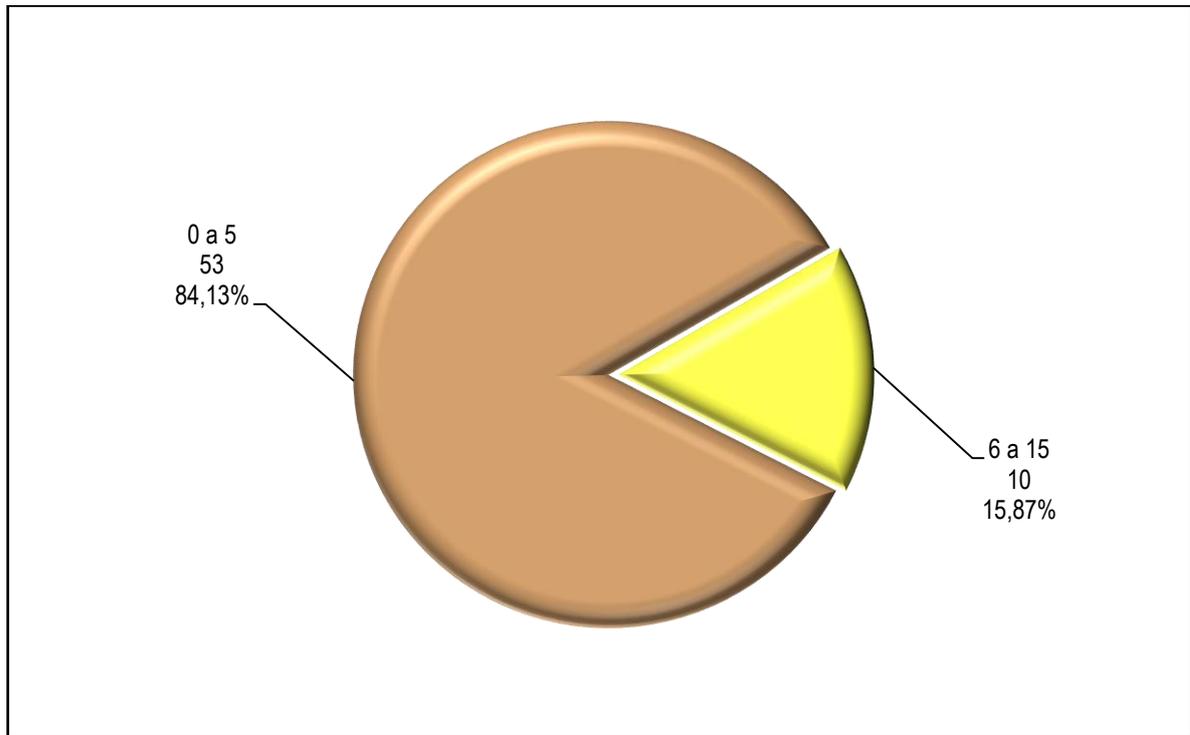
Nota: (\*) Respostas da Ouvidoria sem encaminhamento prévio para outras unidades.

**GRÁFICO 12 - Situação das Demandas**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

**GRÁFICO 13 - Tempo Total de Resposta (em dias úteis)**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 3º Trimestre de 2014.

## **12 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados das ações de Controle Externo apresentados neste relatório representam o esforço contínuo do Tribunal de Contas no aperfeiçoamento de suas atividades visando à garantia do cumprimento de sua missão constitucional. A otimização dos procedimentos de análise e de deliberação e a intensificação do uso da tecnologia da informação foram fatores preponderantes para o aumento qualitativo e quantitativo das deliberações.